



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## **ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

### **COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE**

#### **Perspetivas e Desafios da Introdução da Bolsa de Mercadorias em Moçambique**

Augusto Diogo Navarro de Almeida

Orientação: Elsa Cristina Neves Januário Vaz

#### **Mestrado em Economia**

Área de Especialização | Internacionalização e Competitividade  
Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## **ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

### **COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE**

#### **Perspetivas e Desafios da Introdução da Bolsa de Mercadorias em Moçambique**

Mestrado em Economia

Orientação: Elsa Cristina Neves Januário Vaz

#### **Mestrado em Economia**

Área de Especialização | Internacionalização e Competitividade  
Dissertação

Évora, 2018

## **CONSTITUIÇÃO DE JÚRI**

**Presidente do Júri:** Miguel Rocha de Sousa

**Instituição:** Universidade de Évora/Departamento de Economia

**Categoria Profissional:** Professor Auxiliar

### **Vogais**

**Nome:** António Bento Caleiro (Arguente)

**Instituição:** Universidade de Évora/Departamento de Economia

**Categoria Profissional:** Professor Auxiliar com agregação

**Nome:** Elsa Cristina Neves Januário Vaz (Orientador)

**Instituição:** Universidade de Évora/Departamento de Economia

**Categoria Profissional:** Professor Auxiliar

## DECLARAÇÃO

Declaro em meu nome que a dissertação com o título “Comércio Internacional e o Crescimento Económico em Moçambique: Perspetivas e Desafios da Introdução da Bolsa de Mercadorias de Moçambique”, que submeto para o cumprimento parcial do grau de Mestrado em Economia com a especialidade em Internacionalização e Competitividade na Universidade de Évora, é da minha autoria e nunca foi submetido para a obtenção de um grau académico em nenhuma outra instituição terciária.

---

ASSINATURA

---


DATA

---

## AGRADECIMENTOS

A redação desta dissertação revelou-se um grande desafio para mim, tendo a ideia primária nascido da curiosidade em querer identificar e perceber as reformas em curso em Moçambique com potencial impacto significativo na competitividade da economia e consequentemente no comércio internacional. Não tendo sido uma tarefa fácil, no meio de muitas adversidades, aqui vai o resultado do meu esforço, o qual não teria sido possível sem o apoio constante, a orientação e orações de vários indivíduos que, de uma forma ou de outra, foram de grande préstimo. É um grande privilégio estender os meus agradecimentos:

- À Prof.<sup>a</sup> Elsa Cristina Neves Januário Vaz, pela confiança depositada em mim na prossecução deste estudo. Obrigado por nunca ter desistido de mim. Aos funcionários da Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM), do Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique (MIC), do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), da Confederação das Associações Empresarias de Moçambique (CTA), e demais instituições e individualidades que aceitaram responder aos questionários. Vocês foram a principal fonte dos factos e argumentos deste estudo. Aos meus docentes e demais colaboradores da Universidade de Évora, pelo acolhimento, ensinamentos, e pelo ambiente propiciado para a minha formação durante a minha frequência no Departamento de Economia. Pelo efeito, o meu muito obrigado;
  
- Aos amigos de vários lugares do mundo que a Universidade de Évora me deu a conhecer, um especial obrigado por nunca me terem abandonado quando a incerteza e a saudade de casa eram superiores à determinação que me levou à Portugal. À minha mãe, por tudo e mais alguma coisa. Pela força de mulher que me fez ser o homem que sou hoje, pela incansável força de viver e de me puxar para o lado bom da vida, com os ensinamentos e infindáveis momentos de alegria, és a minha vida. Às minhas irmãs Yoni e Odile, por terem sido o presente que tanto desejei na vida, por me terem preparado para ser o pai que hoje sou e, por todos os dias me terem dado forças para continuar esta dissertação, obrigado! Ao Jorge Moisés, pela disponibilidade e paciência sempre que foi preciso auxiliar-me;

- 
- 
- Eládia, minha noiva, obrigado por sempre me indicares o caminho de volta a mim mesmo, sem a tua força provavelmente a vida que hoje vivo não teria a alegria e a ambição que se vislumbra nos meus olhos. Mas mais do que qualquer coisa, quero agradecer-te pela filha que me deste, a Kyanna, minha energia, alegria e lufada de ar fresco. Obrigado às duas, hoje eu sou a pessoa mais feliz do mundo;
  
  - Ao meu pai, Alexandre Navarro, à minha avó Isabel Xavier e ao meu avô Júlio Navarro, dedico-vos este trabalho como vocês, em vida, dedicaram as vossas energias para que eu fosse uma pessoa melhor.

---

## RESUMO

Esta dissertação procura olhar para a economia moçambicana com foco específico na contribuição potencial da Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM), um projeto novo, sobre a comercialização agrícola em Moçambique. Parte-se do princípio que sendo Moçambique uma economia em vias de desenvolvimento, a sua dependência na agricultura é significativa e, o desenvolvimento deste setor poderá impulsionar o comércio interno e externo, com impacto no crescimento económico do país. Embora não seja objetivo avaliar o impacto direto da contribuição da BMM na estrutura das exportações, espera-se que os resultados da análise sejam suficientemente claros para se fazerem inferências quanto ao seu potencial e, quiçá, motivar estudos posteriores.

Com recurso a instrumentos de uma pesquisa qualitativa, análise da literatura e entrevistas, este trabalho procurou responder se a implantação da bolsa de mercadorias em Moçambique tem condições para lograr sucesso, e o que poderá constituir desafios nessa caminhada. A análise faz uma retrospectiva conceptual e histórica de bolsas já estabelecidas, sobretudo em ambientes económicos comparáveis, e busca lições para ajudar a contextualizar e projetar o caso moçambicano.

As constatações da análise apontam para um horizonte sombrio, com mais perguntas do que respostas. Constata-se que o modelo adotado para o mercado bolsista que cobre serviços além do *core business* de intermediação de mercadorias não é eficiente nem eficaz. Para as ambições presentes e futuras da BMM, constata-se falta de capacidade de mobilização de recursos, o que leva a concluir que, na atual conjuntura, a BMM não regista impacto significativo tanto na dinâmica do comércio interno como nas exportações. Na ótica das implicações desta análise, prevê-se fortes possibilidades de abertura da atual estrutura da BMM para a entrada de capital privado num futuro próximo, como forma de sobrevivência.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Commodities; Comércio; Bolsa de Mercadorias; Certificados de Depósito; Pobreza; Moçambique.*

---

## Abstract

### **INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC GROWTH IN MOZAMBIQUE** **Perspectives and Challenges of the Introduction of the Commodity Exchange in Mozambique**

This dissertation seeks to look at the Mozambican economy with a specific focus on the potential contribution of the Mozambique Commodities Exchange (BMM), a new project, on agricultural marketing in Mozambique. It is assumed that Mozambique being a developing economy, its dependence on agriculture is significant and the development of this sector could boost domestic and foreign trade, with an impact on the country's economic growth.

Although it is not an objective to assess the direct impact of BMM's contribution to the export structure, it is expected that the results of the analysis will be sufficiently clear to draw inferences about its potential and, perhaps, to motivate further studies.

Using qualitative research tools, literature analysis and interviews, this paper sought to answer if the implementation of the commodity exchange in Mozambique is conditional on success, and what may constitute challenges in this journey. The analysis gives a conceptual and historical retrospective of established scholarships, especially in comparable economic environments, and seeks lessons to help contextualize and project the Mozambican case.

The findings of the analysis point to a gloomy horizon, with more questions than answers. The model adopted for the stock market that covers services beyond the core business of commodity intermediation is neither efficient nor effective.

For BMM's present and future ambitions, there is a lack of capacity to mobilize resources, which leads to the conclusion that, at the current juncture, the BMM has no significant impact on both the dynamics of domestic trade and exports. Considering the implications of this analysis, it is foreseen a strong possibility of opening the BMM's current structure for the entry of private capital soon, as a way of survival.

**KEY WORDS:** Commodities; Trade; Stock Exchange; Warehouse Receipt; Poverty; Mozambique.



---

## ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	<i>Agricultural Commodity Exchange for Africa</i> (Bolsa de Produtos Agrícolas do Malawi)
AGRA	Aliança para a Revolução Verde em África
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCI	Banco Comercial de Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BMM	Bolsa de Mercadorias de Moçambique
BPAM	Bolsa de Produtos Agrícolas de Moçambique
BTM	Banco Terra de Moçambique
CA	Conselho de Administração
CD	Certificados de Depósito
CIRAP	Comissão Interministerial de Reforma da Administração Pública
CTA	<i>Confederation of Trade Association</i> (Confederação das Associações Económicas de Moçambique)
DANIDA	<i>Danish Agency for International Development</i> (Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional)
DNPDR	Direção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural
ECX	<i>Ethiopia Commodity Exchange</i> (Bolsa de Mercadorias da Etiópia)
FAN	Fundo para Ambiente de Negócios
GdM	Governo de Moçambique

---

ICM	Instituto de Cereais de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IOSCO	<i>The International Organization of Securities Commissions</i> (Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários)
JSE	<i>Johannesburg Stock Exchange</i> (Bolsa de Valores de Joanesburg)
MARP	Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
NCE	Nairobi Coffee Exchange
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OE	Orçamento do Estado
PAAO	Plano Anual de Atividades e Orçamento
PAPA	Plano de Ação para a Produção de Alimentos
PARP(A)	Plano de Ação para a Redução da Pobreza (Absoluta)
PEDSA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário
PNISA	Plano Nacional de Investimento no Setor Agrário
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PQG	Programa Quinquenal do Governo
SAFEX	<i>South African Futures Exchange</i> (Bolsa de Mercadorias e Futuros da África do Sul)
SACD	Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito

---

TICA	<i>Turkish International Cooperation Agency</i> (Agência Turca de Cooperação Internacional)
UE	União Europeia
USD	<i>United States Dollar</i> (Dólar dos Estados Unidos)
UNCTAD	<i>United Nation's Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)
USAID	<i>United States Agency for International Aid</i> (Agência Norte-americana para Ajuda ao Desenvolvimento Internacional)
WRS	<i>Warehouse Receipt System</i> (Sigla Inglesa equivalente ao SACD)
ZAMACE	<i>Zambia Commodity Exchange</i> (Bolsa de Mercadorias da Zâmbia)
COMEZ	<i>Commodities Exchange of Zimbabwe</i> (Bolsa de Mercadorias Agrícolas do Zimbábue)

---

Índice

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	4
<b>RESUMO</b> .....	6
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	8
Índice.....	11
<b>CAPÍTULO I</b> .....	15
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	15
<b>1.2. JUSTIFICATIVA</b> .....	18
<b>1.3. PROBLEMA DA PESQUISA</b> .....	19
<b>1.4. OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	22
<b>1.5. HIPÓTESES</b> .....	23
<b>1.6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b> .....	24
<b>1.7. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO</b> .....	24
<b>CAPÍTULO II</b> .....	26
<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	26
<b>2.1. INTRODUÇÃO</b> .....	26
<b>2.2. CONCEITO DE BOLSA DE MERCADORIAS</b> .....	27
<b>2.3. BOLSA DE MERCADORIAS E REGULAMENTAÇÃO</b> .....	30
<b>2.3.1. As Funções Específicas de uma Bolsa de Mercadorias</b> .....	30
<b>2.3.2. O Papel de Supervisão de uma Bolsa e a Necessidade de Regulamentação</b> .....	33
<b>2.4. O SISTEMA DE ARMAZENAMENTO COM CERTIFICADO DE DEPÓSITO</b> .....	35
<b>2.4.1 O Quadro Conceptual</b> .....	35
<b>2.4.2. Os Pré-requisitos</b> .....	36
<b>2.4.3. Funcionamento</b> .....	39
<b>2.4.4. Financiamento</b> .....	40
<b>2.5. SISTEMA DE ARMAZENAMENTO PÚBLICO</b> .....	40
<b>CAPÍTULO III</b> .....	42
<b>METODOLOGIA</b> .....	42
<b>3.1. INTRODUÇÃO</b> .....	42
<b>3.2. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS</b> .....	42

---

<b>CAPÍTULO IV</b> .....	44
<b>O CONTEXTO ECONÓMICO E DO SETOR AGRÁRIO</b> .....	44
<b>4.1. INTRODUÇÃO</b> .....	44
<b>4.2. O CONTEXTO GERAL E DA ECONOMIA</b> .....	44
<b>4.2.1. LOCALIZAÇÃO</b> .....	44
<b>4.2.2. CONTEXTO POLÍTICO</b> .....	45
<b>4.2.3. CONTEXTO ECONÓMICO</b> .....	45
<b>4.2.3.1 Crescimento do PIB</b> .....	46
<b>4.2.3.2 Evolução da Taxa de Inflação</b> .....	48
<b>4.2.3.3 Evolução da Taxa de Câmbio</b> .....	49
<b>4.2.3.4 Evolução da Conta Externa</b> .....	50
<b>4.2.3.5 Evolução da Dívida Pública</b> .....	51
<b>4.2.3.6 Evolução por Setor de Atividade</b> .....	51
<b>4.3. O CONTEXTO DO SETOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE</b> .....	52
<b>CAPÍTULO V</b> .....	58
<b>A BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE</b> .....	58
<b>5.1. INTRODUÇÃO</b> .....	58
<b>5.2. A GÉNESE DA BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE</b> .....	59
<b>5.3. RAZÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS DA CRIAÇÃO DA BMM</b> .....	60
<b>5.4. ANTECEDENTES POLÍTICO – ESTRATÉGICOS DA CRIAÇÃO DA BMM</b> .....	63
<b>5.5. ANÁLISE DOS PRIMEIROS PASSOS DA BMM E DO SEU MODO DE FUNCIONAMENTO</b> .....	66
<b>5.5.1. A Bolsa Idealizada para o Contexto Moçambicano</b> .....	66
<b>5.5.2. Racionalidade da BMM como um Instituto Público</b> .....	67
<b>5.6. RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO E DA INTERVENÇÃO DA BMM</b> .....	70
<b>5.6.1. Hiato de Recursos</b> .....	70
<b>5.6.2. Realizações</b> .....	72
<b>CAPÍTULO VI</b> .....	80
<b>CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	82
<b>ANEXOS</b> .....	87

## LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1: Evolução do PIB em Moçambique (médias, por década e ano).....	46
Figura 4.2: Evolução da taxa média de inflação (por década, a esquerda; e, por ano, a direita).....	48
Figura 4.3: Evolução da Taxa de Câmbio (média mensal) .....	49
Figura 4.4: Saldo Corrente (% do PIB), Exportações e Importações (variação % do volume).....	50
Figura 4.5: Mapa de Moçambique.....	52
Figura 4.6: Composição da Economia.....	54
Figura 4.7: Principais Sementes Produzidas (hectares) .....	54
Figura 4.8: Tendências do Comércio Externo do Setor da Agricultura.....	55
Figura 4.9: Principais Produtos Agrícolas Importados (à esquerda) e Exportados (à direita) (Valor).....	56
Figura 5: Estrutura Corporativa da BMM.....	74
Figura 6: Relatório do Orçamento e Execução 2016.....	92

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Requisitos para a Implantação de um Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito bem-sucedido .....	37
Quadro 2: Funcionamento do Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito .....	38
Quadro 3: Razões para a Implantação de uma Bolsa de Mercadorias em Moçambique .....	61
Quadro 4: Resultados Esperados do Investimento Público na BMM .....	70
Quadro 5: Silos e Armazéns sob Gestão da BMM, Localização e Capacidade .....	78
Quadro 6: Estado Actual do Quadro Legal da BMM.....	93

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro Conceptual do SACD como Solução para os Pequenos Agricultores Acederem aos Serviços Financeiros.....	35
Tabela 2: Peso da Agricultura no Comércio Externo (em milhões de US\$).....	55
Tabela 3: Análise FOFA para a Implantação da Bolsa de Mercadorias e o Sistema de Armazenamento com Certificados de Depósito .....	62
Tabela 4: Mercadoria Armazenadas e Intermediadas pela BMM (2014 – agosto de 2017) .....	76
Tabela 5: Número de Depositantes, Certificados Emitidos e Operações Intermediadas .....	78
Tabela 6: Apregoações por Oferta Realizadas pela BMM em Chòckwé .....	79
Tabela 7: Indicadores Macroeconómicos, por década (projeções de 1980 a 2019) ....	88
Tabela 8: Indicadores Macroeconómicos, por ano (projeções de 2010 a 2017).....	89
Tabela 9: Estrutura do Produto Interno Bruto (Preços Constantes, 2009 = 100).....	90

---

Tabela 10: Previsão Orçamental para a Instalação da BMM (excluindo gestão de Silos e Armazéns) .....	91
Tabela 11: Impacto Orçamental da Gestão dos Complexos de Silos e Armazéns .....	91
Tabela 12: Disponibilidade de Recursos para a BMM e Fontes de Recursos .....	92
Tabela 13: Relatório do Orçamento e Execução 2016.....	92

---

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

#### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO


Moçambique é uma economia dependente da agricultura. A agricultura representa cerca de 20% do Produto Interno Bruto (média de 2010-2016), e proporciona oportunidades de emprego para mais de 80% da população rural (INE, 2017). O setor agrícola é dominado por pequenos agricultores que enfrentam sistemas financeiros inadequados, insustentáveis e pouco acessíveis. Para resolver este constrangimento, o governo moçambicano criou uma bolsa de mercadorias, apetrechada com silos e armazéns públicos, bem como um regulamento para a implementação de um sistema de armazenamento com certificado de depósito. Especificamente, o Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito (SACD) surgiu como um meio de superar os problemas financeiros acima mencionados, isto é, como um meio de melhorar as restrições financeiras dos pequenos agricultores. Por sua vez, a bolsa de mercadorias, designada localmente de Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM), tem como objetivo proporcionar um sistema de comercialização agrícola competitivo, sustentável e integrado que assegura e estimula o papel dos intervenientes da cadeia de valor no mercado nacional e o comércio internacional.

A importância do comércio internacional para o crescimento económico das nações está estabelecida e é estudada desde os primórdios da literatura económica. Desde as obras de Smith (1776) e Ricardo (1817) até aos mais contemporâneos autores que falam sobre o crescimento económico, a ênfase é dada ao papel que o comércio internacional desempenha para o alavancamento do processo de crescimento das nações.

A economia moçambicana não é uma exceção quanto ao papel que o comércio internacional joga na sua evolução. Embora a sua participação no comércio internacional tenha sido condicionada às políticas adotadas ao longo dos anos, o comércio, quer interno como externo, tem contribuído significativamente na evolução económica e na política deste país.

Após a independência, em 1975, o país adotou um sistema baseado na planificação centralizada, que se traduziu na perda do seu peso no comércio internacional, sobretudo





---

por causa de sanções económicas sofridas por um dos seus maiores parceiros comerciais, a África do Sul. Recentemente, ao longo das duas últimas décadas, Moçambique tem registado progressos assinaláveis nas várias áreas de atividade económica, mercê de reformas e programas de estabilização, apoiadas por parceiros bilaterais e multilaterais. Como resultado, registou um crescimento médio de cerca de 8% ao ano até 2015<sup>1</sup>. Apesar desta recuperação, o país continua com níveis de pobreza muito elevados, estando entre os países mais pobres do mundo.


Com as reformas económicas que foram introduzidas, desde os meados dos anos 80, adotaram-se vários instrumentos e mecanismos típicos de economia de mercado para melhorar o funcionamento da economia quer a nível setorial como ao nível macro. Este trabalho, porém, concentra-se no mecanismo recentemente introduzido na economia, a bolsa de mercadorias e o sistema de armazenamento público acompanhado da emissão de certificados de depósito válidos como colateral para fins de obtenção de financiamento bancário a seus detentores.

Segundo as autoridades moçambicanas, a bolsa de mercadorias é vista como um mecanismo que, pela sua natureza reguladora, e pela dinâmica do seu funcionamento, pode revolucionar a forma como as transações são efetuadas no mercado, afetando potencialmente os seus intervenientes, incentivando maiores volumes de produtos comercializados, como também para a introdução da componente de “qualidade das mercadorias” produzidas e transacionadas, sobretudo porque a provisão de armazéns públicos visa melhorar a conservação das mercadorias pós-colheita.

As autoridades moçambicanas antevêm, assim, que a BMM venha beneficiar os intervenientes, sobretudo os produtores de produtos primários que, com a maior competitividade introduzida no mercado, lhes proporcionarão um melhor mecanismo de fixação de preços e, por conseguinte, incentivos suficientes para produzir mais e obter melhores rendimentos. Então, a bolsa de mercadorias é vista como uma solução para que os milhares de pequenos produtores que praticam a agricultura de subsistência

---

<sup>1</sup>Depois de 2015, a economia de Moçambique entrou em declínio, tendo a taxa de crescimento baixado de nível para 3.8% e 3.0%, respectivamente em 2016 e 2017 (FMI, 2018). A razão deste declínio foi a retirada de linhas de crédito e de apoio ao orçamento por parte do Fundo Monetário Internacional e de parceiros de cooperação internacional, após a descoberta da existência de dívida pública de fórum comercial contraída pelo governo, entre 2012 e 2014. A dívida, de cerca de 2.1 mil milhões de dólares norte-americanos, tinha sido ocultada ao público e aos credores, e estava muito acima do limite fixado e autorizado pelo Parlamento.



---

consigam sair da armadilha da pobreza, caracterizada por fraca produtividade e fraco volume de produção.

Porém, embora o país possua um potencial para melhorar a balança de pagamento com o incremento das exportações de produtos agrícolas, parece justo afirmar que ainda é cedo para avaliar o real impacto desta nova iniciativa, uma vez que as operações iniciaram em 2015, após um projeto-piloto de pequena envergadura, em 2014, numa das 10 províncias do país, por sinal a mais pobre, a província do Niassa, situada no Norte de Moçambique. O país possui largas extensões de terras férteis, e a agricultura é a principal atividade para mais de 80% da população das áreas rurais. Então, é de se esperar que o mercado organizado introduzido pela BMM venha afetar o volume e a qualidade da comercialização dos excedentes agrícolas no comércio interno e internacional. Por agora, o processo de comercialização é caracterizado pela excessiva dependência da zona Sul do país ao exterior (sobretudo da África do Sul e de países asiáticos), para a importação de produtos como o milho, arroz e feijão em volumes consideráveis, porque as infraestruturas logísticas são precárias e elevam os custos de transação, não permitindo um escoamento razoável dos abundantes excedentes produzidos no norte e no centro do país. Adicionalmente, há também indícios de saída de mercadorias fora do circuito oficial de registo e controlo, para além-fronteiras, sobretudo nas regiões fronteiriças do norte e do centro do país.

Acredita-se que com a criação de um mercado de comercialização agrícola mais organizado, por intermédio da BMM, o país poderá explorar o seu enorme potencial agrícola e passar a ser um exportador líquido em muitos dos produtos básicos transacionados, sobretudo cereais e leguminosas.

A par do que teria sido a expectativa quanto ao impacto na economia da introdução da BMM, com a crença de que a diversificação das fontes de financiamento das firmas iria alavancar um empresariado nacional incipiente e geralmente descapitalizado, a introdução da bolsa de mercadorias também está carregada de enormes expectativas positivas, justificadas pelo facto de que a maior parte da população vive da produção de produtos agrícolas e, portanto, um levantamento dos principais constrangimentos que afetam esta camada social poderá ter efeitos positivos e multiplicativos na economia.

---


## 1.2. JUSTIFICATIVA

O tema que a presente dissertação aborda é relevante no sentido de que para além de constituir uma matéria nova e, por conseguinte, ainda não abordada na sua vertente académica no contexto da economia de Moçambique, tem uma importância especial por tratar de questões ligadas à pobreza, crescimento, e potencial mudança relativa do peso do comércio interno e internacional da economia moçambicana.

O interesse para se estudar o impacto da bolsa de mercadorias no contexto da economia moçambicana começa a emergir, sobretudo porque o período de sua existência e, por conseguinte, para a sua análise é relativamente curto. Ao se procurar avaliar o impacto da introdução da bolsa de mercadorias, tem que se ter em conta que ela surge oficialmente em 2012, mas com instalação física em 2014 e início de actividades em 2015. Por conseguinte, esta dissertação fez uma abordagem comparativa, porquanto alguns países africanos têm experiências similares. A principal análise foi de levantamento de dados para um estudo de base ou situacional. Cremos que isto é importante porque poderá lançar os alicerces para futuras pesquisas e avaliações de impacto. Assim, julga-se que uma análise comparativa relativamente aos projetos similares tratados na literatura, aliada a uma projeção com base em dados históricos sobre o processo da comercialização em Moçambique poderá trazer um teor empírico de valor académico.

Assim sendo, a redação desta dissertação acaba por ser um grande desafio, tendo a ideia básica nascido da curiosidade advinda da pretensão de se perceber sobre que reformas em curso em Moçambique, têm um potencial significativo para impactar na competitividade da economia e, conseqüentemente, no comércio.

Atualmente, a maior parte da literatura académica e não académica versa mais em torno dos chamados “megaprojetos”, uma designação que se refere aos grandes investimentos subscritos à indústria extrativa e de mineração. Ainda que muito se fale sobre a agricultura, a linha de estudo pende mais sobre as políticas agrárias adotadas do que propriamente na eficácia de um projeto específico. Contudo, há mais análises sobre impactos de projetos específicos baseados na exploração de recursos naturais extrativos.



---

Apesar de a evolução estrutural da economia moçambicana depender desta nova conjuntura, apresentou-se mais desafiante fazer uma avaliação de uma reforma específica ao sistema económico moçambicano para que fosse possível avaliar o seu impacto previsível no crescimento económico e cujos dados fossem verificáveis nas transações internas e no comércio internacional. A criação recente da Bolsa de Mercadorias (i.e. em 2012), aparentemente para, entre outros fins, organizar o mercado das *commodities*, com realce para os cereais e leguminosas, surge como uma oportunidade ímpar para lograr este objetivo. Ademais, as razões por detrás desta reforma encetada pelo sector público suscitam interesse e desafios porquanto visam contribuir para o aumento do rendimento dos intervenientes da cadeia de valor da produção e comercialização agrícola, constituídos na sua maioria por agregados familiares que praticam a agricultura de subsistência (i.e. cerca de 90% da população rural). Assim sendo, podem se aventar hipóteses de que havendo impacto significativo das operações bolsistas, haverá muita inferência direta a fazer na evolução dos índices de prevalência da pobreza, sobretudo no meio rural moçambicano. Tais inferências poderão ser úteis na análise comparativa da estrutura da economia moçambicana, uma vez que atualmente muitos estudos apontam para uma fraca ligação entre os megaprojetos e a economia como um todo, pelo menos em termos da estrutura fiscal e do emprego efetivo.

### **1.3. PROBLEMA DA PESQUISA**

A adoção de medidas de política económica para a alavancagem do crescimento do comércio interno e internacional constitui uma estratégia viável para sustentar um crescimento económico rápido da economia de Moçambique. Para a materialização de tal objetivo, torna-se necessária a adoção de medidas de política concretas que tornem o mercado mais transparente, competitivo e eficiente. Foi com estes pressupostos que o Governo moçambicano explorou o conceito de “Bolsa de Mercadorias” e decidiu criar a sua própria Instituição vocacionada para transacionar *commodities*. Tendo em conta a complexidade e os desafios que envolvem a criação de uma nova instituição num país em vias de desenvolvimento, torna-se importante perceber o alcance duma medida de reforma económica desta dimensão relativamente à atual conjuntura nacional e


---

internacional em que a medida se insere. Neste contexto, este trabalho pretende responder às seguintes questões:

- Existem condições materiais para a implantação, com sucesso, de uma Bolsa de Mercadorias em Moçambique? Que elementos fundamentais podem constituir nós de estrangulamento, oportunidades e pontos fortes?
- Que lições podem ser tiradas de casos similares em países comparáveis a Moçambique?
- Qual é o impacto previsível de uma Bolsa de Mercadorias bem-sucedida em Moçambique e como tal poderá redimensionar o comércio interno e internacional do país?

A relevância destas perguntas pode ser compreendida em face ao que tem acontecido no mundo inteiro, desde que se deu início a instalação das bolsas de mercadorias. Mesmo que em África, e em Moçambique em particular, este processo tenha iniciado somente recentemente quando comparado aos países do Ocidente e do Oriente, a sua relevância económica e estratégica não é menos importante, ainda que se possa considerar que há fatores que determinam essa sua relevância e que importa rever em retrospectiva dos factos histórico-económicos.

Para enfatizar a importância das bolsas de mercadorias em muitas economias, Baffes (2011) faz uma retrospectiva histórica sobre os marcos na sua evolução e identifica cinco períodos, nomeadamente: a história inicial (séculos XVII e XVIII); a era em que a informação viaja mais rápido que as mercadorias (1840-1865); a globalização (1865-1940); a queda pós II Guerra Mundial (1940-1970); e o renascimento (1970-2000). Embora esporadicamente, ocorriam transações em Amsterdão, no ano 1695, similares às que hoje se verificam numa bolsa de mercadorias. Mais tarde surgiu o mercado do arroz em Dojima (Japão), que evoluiu para o mercado de futuros em 1730. O advento do telégrafo e dos navios a vapor contribuíram para o desenvolvimento do mercado, com a rápida circulação de informação a desempenhar um papel fundamental na formação de preços. Por volta dos anos 1800, já existiam cinco bolsas de mercadorias interligadas pelo cabo transatlântico, nomeadamente em Nova Iorque, Nova Orleans e Havre (nos Estados Unidos da América), Liverpool (no Reino Unido), e Alexandria (no Egito). Contudo, a Segunda Guerra Mundial causou a redução da importância de algumas bolsas, e enquanto outras encerraram. No período pós II Guerra Mundial, a



---

intervenção governamental na economia agravou a queda dos mercados bolsistas, até que nos anos 1970 as bolsas ressurgiram, com o desenvolvimento dos mercados de taxas de câmbio e das taxas de juro, e eventualmente com a introdução dos futuros financeiros. Com a criação da Comissão de Intercâmbio de Futuros de Mercadorias nos estados Unidos, para regular o funcionamento dos mercados de futuros, as bolsas deixaram de ser autorreguladas. E por volta dos anos 1980 e 1990 as políticas agrícolas passaram a ser mais orientadas para o mercado (Baffes, 2011).

Tirando o caso particular do Egito, foi nos anos 1990 que surgiram as primeiras bolsas de mercadorias em países africanos. Conforme nota Nordier (2013), ao contrário do que acontecia no Ocidente, o continente africano estava muito atrasado em termos de produção comercial de mercadorias agrícolas básicas. Mesmo que durante o período em que a África Oriental e Austral estiveram sob colonização da Grã-Bretanha (e um pouco de Portugal), tenha havido alguma produção comercial, somente a África do Sul atingia níveis significativos, sendo o líder regional africano, sobretudo a partir do início da década de 1920. Mas foi somente a partir da década de 1960 que a produção comercial cresceu rapidamente devido à mecanização e uso de fertilizantes e herbicidas. Os avanços foram, no entanto, contrariados com o advento do controlo do mercado, nos anos 70 e 80, justificado pela necessidade de gestão da instabilidade e risco que caracterizavam o setor agrícola. O controlo dos mecanismos de comercialização, incluindo de preços, não motivou a comercialização das mercadorias. Em países como Quênia, Malawi, Zâmbia e Zimbábue, a produção comercial chegou numa altura em que esses países tinham adotado o intervencionismo que ocorria na África do Sul, tendo o advento do socialismo na região exacerbado ainda mais o controlo estatal dos sistemas de produção e comercialização. Somente com o fim do socialismo e a chegada do regime democrático e de economia baseada no mercado nos anos 1990 foi abandonado o sistema de comercialização controlado e passaram a ser adotados os modelos ocidentais, e as bolsas de mercadorias surgiram como o caminho óbvio ou único (Nordier, 2013).

Segundo Nordier (2013), surgiu uma necessidade urgente sobre os requisitos para o estabelecimento e gestão de uma bolsa de mercadoria bem-sucedida. Daí que nos últimos 20 anos, vários países africanos estabeleceram bolsas de mercadorias. A África do Sul criou a Bolsa de Futuros da África do Sul (SAFEX) em 1994, seguida em 2008 pela Etiópia com o *Ethiopian Commodity Exchange* (ECX), as únicas que são

---

atualmente uma referência no continente. As outras bolsas têm trilhado por caminhos difíceis e dispendiosos, com vários erros e falhas à mistura. No Zimbábue, a *Zimbabwe Agricultural Commodity Exchange* (ZIMACE) existiu de 1994 a 2001. Na Zâmbia, a *Zambia Agricultural Commodity Exchange* (ZAMACE) foi estabelecida em 2007, e apesar de ainda se encontrar em funcionamento, está em total declínio. No Malawi, onde o governo ainda interfere esporadicamente perturbando o funcionamento do mercado, a *Agricultural Commodity Exchange for Africa* (ACE) foi criada em 2005, sobreviveu e continuou a crescer e já implementa o Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito (conhecido na literatura inglesa como *Warehouse Receipt System, WRS*) (Nordier, 2013).

É neste contexto de histórias de sucessos e fracassos que o presente trabalho procura saber sobre os determinantes para um possível sucesso da Bolsa de Mercadorias de Moçambique, tendo em conta o papel do Estado na sua criação e apetrechamento com o sistema de armazenamento público e com o certificado de depósito. A questão da avaliação do impacto que o trabalho sugeriu tratar foi mantida em um nível exploratório, uma vez que a BMM tem um período de operações de apenas dois anos efetivos (meados de 2015 – Presente, Setembro de 2017). Para mais, porque o propósito do trabalho não contemplava o trabalho de campo com os principais beneficiários diretos das infraestruturas de armazenamento e dos certificados de depósito.

#### **1.4. OBJETIVOS DA PESQUISA**

Os principais objetivos desta dissertação são, contribuir com dados relevantes que permitam avaliar os efeitos da introdução da bolsa de mercadorias, seus constrangimentos, potencialidades, e reavaliar a estrutura e o peso do comércio interno e internacional de produtos básicos, vulgo *commodities*.

Constituem objetivos específicos os seguintes:

- Caracterizar a situação histórica e atual da comercialização agrícola em Moçambique, incluindo os principais constrangimentos e desafios atuais;
- Avaliar o contexto da introdução da Bolsa de Mercadorias em Moçambique e fazer uma descrição e caracterização da mesma;

- 
- Fazer uma análise comparativa de Bolsas de Mercadorias de países similares, olhando para as situações anterior e posterior à introdução da Bolsa de Mercadorias;
  - Projetar o desempenho do comércio interno e internacional do país no contexto da entrada no mercado da Bolsa de Mercadorias de Moçambique, com realce para o potencial impacto das infraestruturas de armazenamento e dos certificados de depósito.

### 1.5. HIPÓTESES

A Bolsa de Mercadorias de Moçambique surge num altura em que Moçambique ainda está em fase inicial de desenvolvimento económico. A economia, embora com registo de crescimento rápido, tem uma base de produção pequena. Além do mais, o país enfrenta muitas dificuldades para materializar os seus projetos de desenvolvimento porque tem muitas necessidades de investimento mas os recursos que a economia gere são escassos. Contudo, nota-se que há muita vontade por parte das autoridades governamentais de introduzir reformas económicas, traduzidas em projetos concretos, para se aproveitarem as oportunidades produtivas que o país oferece. É neste contexto que esta dissertação procura responder as perguntas de pesquisa que levanta. E para melhor orientar as conclusões, relativamente às perguntas feitas, são formuladas as seguintes hipóteses:

H<sub>1</sub>: Não existem condições para a materialização bem sucedida de uma bolsa de mercadorias em Moçambique virada para a agricultura porque o volume dos excedentes é demasiado baixo.

H<sub>2</sub>: A introdução de complexos de armazenamento de cereais modernos e localizados nas zonas de maior potencial de produção, e a oferta de serviços que conferem qualidade aos produtos armazenados criam incentivos para maiores volumes produzidos e comercializados no mercado interno e para as exportações.

H<sub>3</sub>: A introdução de certificados de depósito que aferem a qualidade dos produtos armazenados em infraestruturas modernas reduz os riscos sobretudo da atividade agrícola e atraem mais financiamento e crédito ao setor.



---

## 1.6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A construção de um sistema de Armazenamento Público e a Bolsa de Mercadorias são novidades que o Governo de Moçambique introduziu na economia desde 2008 e 2012, respetivamente. Os intervenientes do mercado ainda estão em processo de aprendizagem no que diz respeito a forma de funcionamento e os benefícios práticos do seu uso. Por esta razão, são escassas as fontes de informação sistematizada que poderiam permitir uma avaliação quantitativa do impacto que estas iniciativas representam para a economia local e nacional. Por conseguinte, este trabalho tem como fim apresentar a forma como estas instituições estão atualmente incorporadas na economia e as suas possíveis inter-relações do ponto de vista dos intervenientes no mercado.

A dissertação não faz uma análise de implicação a nível macro e nem discute a agricultura como um todo. A análise limita-se ao funcionamento das duas instituições (o Sistema de Armazenamento Público e a Bolsa de Mercadorias) e as técnicas que oferecem sob o ponto de vista da relação entre os gestores da Bolsa de Mercadorias e dos complexos de armazenamento com os produtores e compradores.

Uma outra análise foca-se nos certificados de depósito e no seu papel como garantia das mercadorias depositadas nos armazéns públicos para o financiamento bancário. No entanto, a análise também se cinge na forma de funcionamento e não necessariamente nas correlações com as políticas de financiamento e nos efeitos das taxas de juro.


Finalmente, este estudo visa informar o público sobre a funcionalidade daquelas duas instituições (o Sistema de Armazenamento Público e a Bolsa de Mercadorias), fazendo uma avaliação básica sobre as suas potencialidades tendo em conta o contexto envolvente atual.

## 1.7. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está organizada em seis (6) capítulos:

**Capítulo I:** apresenta a introdução e a contextualização geral do tema, realçando a pergunta de pesquisa e os objetivos que a dissertação pretende alcançar;

**Capítulo II:** define os principais conceitos usados na dissertação, e faz o enquadramento teórico à volta do mercado bolsista de mercadorias;



---

**Capítulo III:** apresenta a metodologia seguida para a elaboração da dissertação, definindo o escopo e o horizonte temporal da análise;

**Capítulo IV:** faz a contextualização dos conceitos usados na dissertação no âmbito da economia moçambicana, e analisa as principais constatações da agricultura, setor onde a bolsa de mercadorias está inserida;

**Capítulo V:** analisa a génese da Bolsa de Mercadorias de Moçambique na atual conjuntura, olhando para o seu impacto, mas, sobretudo, avaliando os determinantes para a sua sobrevivência a longo prazo e, conseqüente, a relevância na estrutura do comércio interno e internacional; e,

**Capítulo VI:** apresenta as conclusões e as implicações de política.

---

## CAPÍTULO II

### REVISÃO DE LITERATURA

#### 2.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo busca informações de estudos anteriores que explicam a natureza e modos de funcionamento de bolsas de mercadorias. O capítulo procura igualmente explicar o modo de funcionamento de dois instrumentos fundamentais para o funcionamento de muitas bolsas de mercadorias, nomeadamente o sistema de armazenamento e o sistema de certificados de depósito associados às mercadorias armazenadas, servindo de instrumento usado como garantia na contratação de crédito. Ênfase será dada à descrição das bolsas de mercadorias existentes em África, fazendo-se o esforço de buscar informação da vasta literatura existente desde que este mercado foi introduzido há cerca de 20 anos, incluindo alguns trabalhos académicos. Esta literatura se mostra bastante útil no sentido de que procura explicar os modelos usados para o estabelecimento de bolsas de mercadorias em África, bem como os requisitos para o seu sucesso ou falhas, e as necessidades de financiamento inicial.

A descrição do Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito (SACD) visa enfatizar o facto de que a maior parte das bolsas africanas se baseiam em transação de produtos agrícolas (café, milho branco, gergelim, entre outros), cujo setor geralmente enfrenta dificuldades de financiamento, uma vez que os credores o consideram de alto risco. Esta descrição e os estudos de caso são particularmente importantes para se compreender as razões que levaram a adoção dos Certificados de Depósito (CDs) na estrutura de funcionamento da Bolsa de Mercadorias de Moçambique.

Em particular, este capítulo dará atenção especial ao modelo estabelecido no Malawi, um país que, à semelhança da África do Sul, faz fronteira com Moçambique, mas que, ao contrário do último, tem semelhanças tanto em termos do nível de desenvolvimento da agricultura como do modelo adotado, baseado em operações à vista. Não obstante as semelhanças, há também a registar diferenças fundamentais onde vale a pena explorar as suas implicações, como é o caso da natureza legal das respetivas bolsas,

---

sendo a ACE Malawiana uma sociedade privada, ao passo que a BMM é uma entidade detida 100% pelo setor público.

## 2.2. CONCEITO DE BOLSA DE MERCADORIAS

Uma Bolsa de Mercadorias (ou *commodity exchange*, na língua inglesa) é um centro de negociação de uma diversidade de *commodities* e ativos financeiros derivados. Neste tipo de mercado negociam-se *commodities* agropecuárias (como trigo, cevada, açúcar, milho, algodão, cacau, café, produtos lácteos, barrigas de porco), minerais (petróleo, metais, etc.), além de diversos outros produtos financeiros e contratos com base neles.

Na Bolsa de Mercadorias, os compradores e vendedores realizam transações, com ou sem bens físicos, sob um conjunto de regras e regulamentos claramente definidos. Este refere ainda que, em teoria, as bolsas de mercadorias podem contribuir para o desenvolvimento do mercado reduzindo os custos das transações, melhorando a descoberta de preços, e reduzindo os riscos de preços (Black, 1986).

As primeiras transações em Bolsas de Mercadorias remontam ao século XVII no Japão. A mesma fonte acrescenta que, o primeiro caso observado foi no mercado do arroz. As negociações de futuros nas Bolsas de Mercadorias iniciaram nos Estados Unidos da América (EUA) em meados de 1800. A Câmara de Comércio do Chicago (*Chicago Board of Trade*, CBOT) foi instalada em 1848. Globalmente, há trocas comerciais em bolsas de mercadorias em mais de vinte (20) países, estando as principais Bolsas de Valores localizadas na Europa, Austrália e na Ásia (*International Business Times*, 2012). Na maioria dos mercados de *commodities* em todo o mundo nenhuma mercadoria física é negociada, mas os contratos são, e esses contratos são estritamente padronizados. A entrega física de uma mercadoria não é um pré-requisito para contratos negociados nas principais bolsas de mercadorias. Os contratos, por outro lado, podem incluir preços à vista, futuros e opções de futuros. Outros produtos sofisticados podem incluir taxas de juros, instrumentos ambientais, *swaps* ou contratos de frete marítimo. Na maioria dos casos, as bolsas de mercadorias são formadas como empresas públicas, não com o objetivo primário de amealhar lucro das suas operações, mas para possibilitar que os operadores/corretores da bolsa ganhem com a execução de ordens bolsistas, sendo

---

estes os únicos autorizados a negociar na bolsa, ou seja, exercem poder de monopólio (Šicel, 2009).

Em tempos mais recentes, as bolsas de mercadorias têm se estabelecido no continente africano. O desenvolvimento destes estabelecimentos em África tornou-se uma estratégia cada vez mais popular para atacar alguns dos constrangimentos que assolam os mercados africanos, sobretudo os de cereais, que incluem sistemas de gestão de risco pouco desenvolvidos, altos custos de transação e limitada função de fixação de preço. Estas bolsas de mercadorias, na maioria dos países africanos, estão a ter dificuldades em conseguir se implantar com sucesso, sobretudo porque os volumes transacionados são baixos, o que limita o seu desenvolvimento. As razões para que as trocas sejam pouco negociadas permanecem pouco compreendidas, não obstante associarem a magreza dos mercados ao custo de participação nas trocas e transações (Sitko e Jayne, 2011).

Na região da Comunidade do Leste Africano, os governos adotaram medidas de liberalização do mercado há mais de duas décadas. Como resultado, aumentou o número de atores do setor privado no mercado, melhorou a integração do mercado, e reduziram as margens de comercialização, estas reformas não reduziram a volatilidade dos preços dos cereais. Consequentemente, nestes países, o governo continua a intervir nos mercados dos produtos alimentares básicos, a fim de estabilizar os preços e garantir o abastecimento, para assegurar que os preços dos alimentos sejam acessíveis aos consumidores e ao mesmo tempo rentáveis para os produtores (Laibuni *et al*, 2012).

Visto dum modo genérico, a Bolsa de Mercadorias pode servir dois propósitos: em primeiro lugar, ela pode aumentar a produtividade agrícola, garantindo substancial margem para os agricultores. Em segundo lugar, pode reduzir ineficiências da comercialização através da racionalização dos sistemas de negociação, de pagamento e entrega, e consequentemente reduzir os custos de transação (Laibuni *et al*, 2012).

Para garantir o sucesso das bolsas de mercadorias, há pré-requisitos que precisam ser verificados em prática:

- Assegurar a oferta de *commodities* armazenáveis – deve haver produção suficiente para gerar excedentes, e deve haver infraestruturas adequadas de armazenamento;

- 
- Homogeneidade do produto dentro de um sistema de normas – a mercadoria a ser transacionada na bolsa deve apresentar uma qualidade padrão, de acordo com o sistema internacional de classificação das mercadorias;
  - Envolvimento das partes interessadas – os produtores, os intermediários e operadores da bolsa, e os compradores devem ser envolvidos no processo de estabelecimento da bolsa e educados sobre as suas funcionalidades;
  - Legislação e normas – as regras de funcionamento devem ser estabelecidas e devidamente disseminadas;
  - Sistema e tecnologia – devem-se estabelecer os sistemas informáticos e de comunicação;
  - Infraestruturas de mercado - interligação entre centros de produção aos centros de armazenamento, aos mercados financeiros e aos mercados finais;
  - Sistema de certificados de depósito – para garantir que as mercadorias depositadas em armazéns certificados sejam usados como garantia para se obter crédito bancário;
  - Educação – disseminação de informação e sensibilização dos intervenientes e do público em geral sobre o funcionamento e as vantagens da bolsa;
  - Estabilidade macroeconómica – como requisito para bom funcionamento da economia do mercado; e,
  - Infraestrutura jurídico e regulamentar – como requisito para o funcionamento das regras de boa conduta, das normas e do sistema de prestação de contas.

Há algum otimismo quanto ao sucesso das bolsas de mercadorias em África, sobretudo as de produtos agrícolas. Há um sentimento, embora não muito generalizado, de que as bolsas de mercadorias vão melhorar significativamente o desempenho do setor agrícola do continente Africano e contribuir para o desenvolvimento económico global. Chama-se a atenção, contudo, para o facto de serem necessárias condições específicas para que as bolsas de produtos agropecuários se desenvolvam, como as mencionadas acima. Não obstante o otimismo, considera-se que atualmente muitas experiências de bolsas de mercadorias na África Subsaariana se mantêm pouco ativas, apesar do forte interesse para o seu desenvolvimento demonstrado pela comunidade de doadores internacionais e por parte de alguns intervenientes do setor privado (Jayne *et al*, 2014).

---


Há seis fatores principais que podem impedir que as negociações em bolsas de mercadorias agrícolas na região Subsaariana se materializem com sucesso, nomeadamente: (1) limitada capacidade em atrair compromisso das instituições financeiras, como agentes que são capazes de completar a transferência de pagamentos do comprador ao vendedor; (2) a falta de capacidade para oferecer contratos que respondam às necessidades não satisfeitas, especialmente aqueles que procuram mecanismos de cobertura de qualidade, preço e risco de entrega; (3) a incapacidade das bolsas de mercadorias para reduzirem os custos de transação de câmbio, que é uma das grandes vantagens teóricas de uma troca de mercadorias; (4) o potencial de conflito de interesse entre os corretores que também atuam fora do mercado como comerciantes; (5) o potencial de manipulação de mercado, que ocorre quando os mercados se tornam pouco negociados; e (6) os atores são forçados a absorver custos fixos elevados quando os volumes de negociação são limitados. Para exacerbar todos esses fatores, os autores apontam ainda a imprevisibilidade da intervenção do governo nos mercados das *commodities* (Jayne *et al*, 2014).

A literatura empírica que examina as condições de implantação das bolsas de mercadorias em África destaca alguns desafios especiais. Shahidur, Winter-Nelson, e Garcia (2010) observam que apesar de uma maior acessibilidade da tecnologia de informação, faltam outros pré-requisitos críticos para o sucesso do estabelecimento de bolsas de mercadorias em África. Em particular, destacam que o desenvolvimento de bolsas de mercadorias em África é impedido pelo tamanho relativamente pequeno dos mercados das *commodities* domésticas, fraca infraestrutura física e de comunicação, a falta de ambientes legais e regulatórios, e a grande propensão para a intervenção política e governamental, em particular no mercado de cereais. Como consequência, a procura por culturas de exportação do continente africano é limitada devido à disponibilidade de trocas bem estabelecidas no exterior (Shahidur *et al*, 2010).

## **2.3. BOLSA DE MERCADORIAS E REGULAMENTAÇÃO**

### **2.3.1. As Funções Específicas de uma Bolsa de Mercadorias**

A UNCTAD (2009) faz uma avaliação aprofundada da literatura sobre a experiência acumulada de várias bolsas de mercadorias em países em vias de desenvolvimento e




---

identifica seis funções potenciais das bolsas de mercadorias. A análise distingue as principais funções que as bolsas de mercadorias desempenham, nomeadamente: descoberta de preços, gestão de risco de preço ("*Hedging*") e veículo de investimento ("especulação"). As três funções seguintes são de carácter mais amplo, que podem surgir como resultado do desempenho das bolsas nas suas principais funções: facilitação da troca de mercadorias físicas (ou "*cash*"), facilitação de financiamento para o setor agrícola e o seu papel no desenvolvimento do mercado. Um sumário destas funções é apresentado por Nordier (2013: pp26-2) como se segue:

- Descoberta de preços: a primeira e uma das funções mais importantes é a descoberta de preços. Isso permite que os pequenos agricultores adotem uma estrutura de preços padronizada e tenham transparência de como os preços são formados para as suas mercadorias específicas. O preço da mercadoria reflete a verdadeira relação de procura e oferta com todas as informações conhecidas para ajudar o agricultor a tomar uma decisão informada sobre que semente cultivar e quando deve entregar a safra no mercado ao preço mais alto. Esta função também permite reduzir o fosso entre os preços futuros e à vista, tornando a formação de todos os preços ao longo do tempo mais eficiente.
- Gestão de risco de preço: a falta de informação dos agricultores sobre os preços que receberão no final da produção e se estes poderão cobrir todos os custos de produção é a principal razão porque as bolsas de mercadorias são necessárias no contexto africano. *Forwards*, futuros, opções e *swaps* são os instrumentos mais difundidos utilizados pelas bolsas de mercadorias para a gestão do risco de preço. Estes instrumentos permitem que o agricultor proteja ("*hedge*" em idioma inglesa) um preço selecionado e saiba qual será o resultado antes de plantar a cultura selecionada para garantir que os retornos cubram os custos de produção e consiga obter um lucro. Existe, entretanto, um problema: os agricultores enfrentam barreiras para entrar diretamente no mercado de futuros, nomeadamente o tamanho do contrato na bolsa pode exceder a quantidade anual que ele produz; falta de educação, recursos, infraestrutura e padrões de qualidade que devem ser cumpridos. Para o uso efetivo da função de gestão de risco de preço da bolsa, essas barreiras devem ser superadas





---

pelos pequenos agricultores para assegurar a sua participação no desenvolvimento do mercado.

- **Facilitação na entrega física:** para que uma Bolsa de Mercadorias funcione corretamente o mercado de futuros deve se correlacionar estreitamente com o mercado à vista ou em dinheiro. A técnica de proteção contra riscos “*hedging*” compensa os movimentos de preços no mercado à vista, fixando um futuro preço. A Bolsa de Mercadorias também pode incentivar o investimento na infraestrutura do país, além de aumentar o padrão e a qualidade do produto físico do mercado.
- **Facilitação no financiamento:** uma vez que o ambiente agrícola é tido como de alto risco, os empreendimentos de instituições financeiras de baixo retorno não têm interesse em investir e assumir o risco de emprestar capital a um produtor agrícola, especialmente nos países em desenvolvimento. Então, para que uma Bolsa de Mercadorias assegure que as transações garantem a quantidade e a qualidade dos produtos, ela deve possuir o sistema de Certificados. Os CDs dão ao financiador garantias seguras, ou seja, colaterais que pode ser facilmente liquidada em caso de incumprimento. Este é um incentivo para as instituições financeiras fornecerem capital para pequenos agricultores que tenham um recibo de armazenamento como garantia.
- **Desenvolvimento de mercado:** uma Bolsa de Mercadorias facilita o encontro entre os compradores e os vendedores numa plataforma, eliminando o esforço de procura mútua. Isso é aplicável a agricultores, processadores, comerciantes, bancos e consumidores. Para fazerem uso efetivo de um instrumento vinculado a uma mercadoria, todas as partes interessadas devem entender o funcionamento da bolsa pelo que se deve educar todos os participantes na cadeia de fornecimentos, para que o mercado seja usado da maneira mais eficaz.

Não obstante a clareza das funções de uma bolsa explicadas acima, Nordier (2013) chama atenção para o facto de uma Bolsa de Mercadorias reduzir as ineficiências do mercado, mas não se sobrepor ao próprio mercado. A Bolsa de Mercadorias se baseia nos princípios económicos básicos da procura e da oferta pelo que não é razão para se imporem níveis de preço, nem mesmo pelo governo. Ela apenas facilita as funções do

---

mercado. Se, por exemplo, houver excesso de oferta de milho, os preços de mercado serão baixos, e a bolsa poderá somente facilitar um maior comércio regional ou internacional. Ela não existe para ser usada indevidamente pelo governo para aumentar artificialmente os preços do milho. O mesmo raciocínio é válido no caso de haver escassez: a intervenção do governo nos preços não se justifica (Nordier, 2013).

### **2.3.2. O Papel de Supervisão de uma Bolsa e a Necessidade de Regulamentação**

As instituições que facilitam o comércio impulsionam o comércio reduzindo o custo e a incerteza de quem pretende realizar as transações através de um quadro de regras e procedimentos que elaboram e aplicam para regular o comércio, em benefício dos agentes ou organizações visadas, conferindo-lhes maior confiança nos compromissos que se espera que sejam mutuamente benéficos. Para as bolsas de mercadorias, para além da supervisão básica para garantir que os leilões sejam transparentes e não manipulados, o quadro regulatório é igualmente importante em dois marcos. O primeiro diz respeito à necessidade do cumprimento estrito dos direitos e deveres registados em representação das trocas de mercadorias físicas com papéis, o que requer uma definição clara dos direitos e obrigações contratuais decorrentes de transações realizadas no intercâmbio e dos mecanismos que os impõem. Um segundo, ocorre quando é necessário supervisionar as atividades dos intermediários que agem no mercado em nome dos usuários finais para garantir que cumprem as suas obrigações. O não cumprimento integral de qualquer um destes marcos irá requerer que a bolsa atue como autorreguladora das atividades que ocorrem nos seus mercados e obriga a que o Governo providencie um quadro geral de supervisão.

A UNCTAD (2009) descreve os objetivos gerais da regulamentação, de acordo com os "Objetivos e Princípios do Regulamento de Valores Mobiliários" (da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO, 2003), como sendo:

- Proteção dos investidores, através de mecanismos que incluem: aptidão ou boas qualificações dos intermediários; evitar o conflito de interesses separando os fundos de clientes dos seus próprios fundos; e mecanismos vinculativos de arbitragem para a resolução de controvérsias.
- Garantir que os mercados sejam justos, eficientes e transparentes, através de mecanismos tais como: assegurar registos de auditorias de todas as transações;

---

fixar limites de posição para os especuladores, incluindo limites mais apertados em termos de períodos de entrega; monitoria constante das transações para detetar padrões suspeitos; divulgação gratuita e transparente de dados; um processo de aprovação pelo regulador externo para novos contratos para assegurar um adequado fornecimento dos entregáveis (entre outros fatores); e o requisito segundo o qual os intermediários devem conhecer os seus clientes.

- Redução do risco sistémico, reduzindo o risco de incumprimento para níveis aceitáveis e garantindo que o sistema como um todo é suficientemente resiliente para suportar choques (e.g. picos de volatilidade ou o colapso de um grande comerciante), através de mecanismos tais como: requisitos mínimos de capital para participar nos mercados; o rigoroso uso do sistema de margem; limites de movimento do preço diário dentro de parâmetros definidos; e uma "hierarquia de risco", que garante que os membros da bolsa cobrem as posições dos clientes e membros em caso de incumprimento e um fundo de garantia da câmara de compensação que abrange as posições dos membros.

Segundo a mesma fonte, a supervisão regulatória que cumpre os objetivos descritos acima pode existir em três níveis, a saber:

- Regulador externo: uma agência governamental ou uma agência independente que responde ao Governo, que assegura uma regulamentação adequada das transações de natureza jurisdicional.
- A bolsa como uma organização autorreguladora: o próprio pessoal e os sistemas da bolsa que fazem a supervisão regulatória sobre as operações da bolsa, as transações e as funções de compensação e liquidação quando executados internamente.
- A indústria como uma organização autorreguladora: um organismo que representa os intermediários ("corretores") ou nomeado pelo Governo para supervisionar as atividades dos intermediários de mercado, que supervisiona as relações entre intermediário e usuário final.

Porém, deve haver um equilíbrio entre os benefícios e os custos de regulamentação, bem como entre o grau de regulação externa e da autorregulação, devendo este ser

---

visto como uma função do nível de confiança que o governo e os participantes do mercado têm nas instituições de mercado (as bolsas e as indústrias reguladoras). O papel do governo dentro da estrutura regulatória envolve o papel de supervisão (i.e. disciplinar aqueles que tentam manipular os mercados para seu próprio benefício, e garantir a santidade dos contratos) e o papel habilitador, ou seja, fornecer o quadro de requisitos legais e regulamentares necessários, e em certos casos, providenciar a infraestrutura física sem a qual os mercados podem não funcionar de forma eficaz (e.g., armazenagem, logística, telecomunicações e redes de informação) (UNCTAD, 2009).

Há duas formas de intervenção nos mercados bolsistas regulados: discricionário – que geralmente envolvem a limitação, suspensão paragem momentânea num mercado bolsista particular – ou automático (i.e., baseado em regras). Esta última forma tem sido historicamente melhor sucedida do que a discricionária. Contudo, recomenda-se que o Governo faça considerações cuidadosas quanto a modalidade e os propósitos da sua intervenção (Hathaway, 2007).

## **2.4. O SISTEMA DE ARMAZENAMENTO COM CERTIFICADO DE DEPÓSITO**

### **2.4.1 O Quadro Conceptual**

O Certificado de Depósito (CD), que é um “recibo” de depósito, é um documento que garante a existência e a disponibilidade de uma determinada quantidade e qualidade de uma mercadoria armazenada. O recibo estipula a qualidade, quantidade, tipo de mercadoria, data de depósito e outros dados relevantes (Coulter e Onumah, 2002). O CD permite contornar a relutância das instituições financeiras para financiar as atividades agrícolas, resultando em mais ganhos de exportação da produção agrícola e comercialização, melhorias nos rendimentos dos pequenos agricultores<sup>2</sup> e fortalecimento das instituições, além de melhorar a capacidade local de recursos

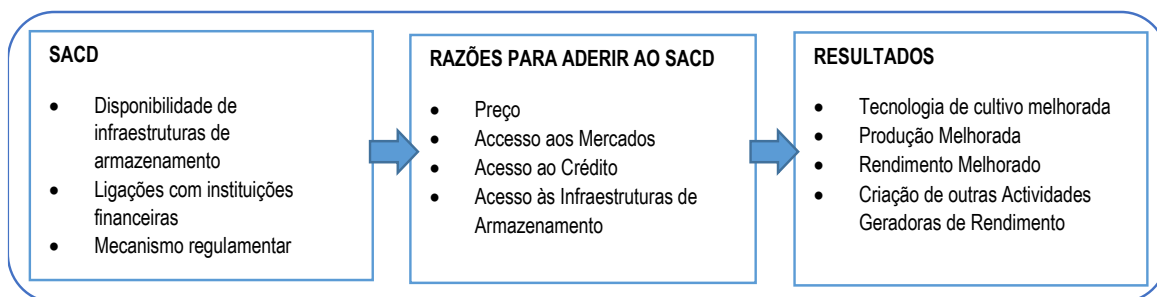
---

<sup>2</sup> Segundo *Towo e Kimaro* (2013), pequenos agricultores são aqueles que cultivam uma área de tamanho entre 0,9 a 3,0 hectares, dos quais 85% se dedicam ao cultivo de culturas alimentares, dependendo fundamentalmente da chuva e praticando sistemas de cultivo rudimentares. Em Moçambique, o Instituto de Estatísticas considera pequenos agricultores aos que cultivam em pequenas explorações agrícolas com menos de 10 hectares sem o sistema de irrigação.

humanos para operar efetivamente numa economia de mercado liberalizada (Towo e Kimaro, 2013).

O Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito (SACD) permite que os depositantes consigam o financiamento usando as suas mercadorias armazenadas como colaterais, ao mesmo tempo que garantem que as transações executadas em nome dos CDs sejam seguras para todas as partes envolvidas: produtores, grupos de agricultores, comerciantes, processadores, exportadores e agências governamentais (USAID, 2012). A literatura relevante indica que o SACD reduz as perdas pós-colheita, provendo o armazenamento seguro dos excedentes na época da colheita e estendendo o período que vai da colheita até a venda, o que permite reduzir as oscilações sazonais dos preços.

**Tabela 1: Quadro Conceptual do SACD como Solução para os Pequenos Agricultores Acederem aos Serviços Financeiros**



Fonte: Towo e Kimaro (2013)

#### 2.4.2. Os Pré-requisitos

De uma forma resumida, os pré-requisitos para se instalar um SACD funcional incluem a existência dos seguintes serviços (USAID, 2012):

- Armazém registado que cumpra os padrões físicos e técnicos prescritos pela autoridade de licenciamento reconhecida, ou seja, armazéns licenciados ou silos que emitem CD;
- Serviço de inspeção que certifica que as instalações de armazenamento cumprem os padrões básicos e são adequados para o armazenamento seguro da mercadoria depositada.

- 
- Operador de armazém e provedor de seguros que garantem a integridade dos bens armazenados e cobrem quaisquer perdas que possam ocorrer como resultado de roubo ou dano da mercadoria depositada. Caso o operador do armazém se encontre em alguma forma de falência e ou tenha que ir em liquidação, as mercadorias do depositante não são sujeitas a apreensão pelos credores. A mercadoria permanecerá propriedade do depositante. A única exceção é quando o operador do armazém tenha que recuperar valores pendentes que lhe sejam devidos pelo depositante em relação aos custos do armazenamento corrente.

Segundo a USAID (2012), para que o SACD seja bem-sucedido é preciso que se cumpra com os seguintes requisitos:

## Quadro 1: Requisitos para a Implantação de um Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito bem-sucedido

Disciplina e confiança no SACD - a integridade é fundamental;

- Economias de escala para economizar custos de supervisão e administração;

A poupança para agricultores é a forma de financiamento

- Equilíbrio correcto da supervisão regulamentar pelo Estado;

Requisitos de obrigações e seguros contra incumprimento, perda ou roubo;

- Licenças específicas para operadores de armazéns emitirem CDs;

Sistema de rastreamento dos CD que registra todas as mudanças de propriedade (e que garante que apenas uma parte tenha título legal)

- Direitos legais claros para os portadores do CD; os CDs servem como documentos de título. (Isso pode ser alcançado através do uso de regras operacionais acordadas por toda a indústria agrícola)

Uma agência de "registro central" que é responsável por garantir que o SACD seja devidamente gerido desde o depósito inicial até a alta final da entrega ao comprador

- O rastreio e a monitoria devem estar integrados no sistema. Cada depósito é avaliado e classificado de acordo com os padrões de qualidade. Uma vez classificados, os depósitos individuais são combinados em vez de serem mantidos em lotes separados. O cereal de um produtor deve ser intercambiável com o de outro.

Todas as instalações do SACD são inspecionadas, licenciadas e seguradas. Os registos mantidos por essas instalações fornecem às instituições financeiras uma visão valiosa dos depositantes específicos, permitindo que os bancos avaliem com precisão e se desejam conceder o financiamento. O SACD deve oferecer mecanismos claros para proteger o uso das mercadorias depositadas como colateral.

- **Chave para o sucesso:** Devem se realizar campanhas de consciencialização e cursos de formação para educar a indústria e o público sobre os benefícios de um programa de SACD; e

**Chave de Sucesso:** Os bancos devem reconhecer o Certificado de Depósito como um instrumento financeiro que pode ajudá-los a atingir seu alvo.

Fonte: USAID (2012)

### 2.4.3. Funcionamento

Resumidamente, o SACD segue os seguintes passos essenciais:

#### Quadro 2: Funcionamento do Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito

O depositante leva a mercadoria aos armazéns registrados;

O operador do armazém avalia a mercadoria e verifica a classificação;

O depositante paga o armazenamento e quaisquer outras taxas acordadas no contrato de armazenamento;

O depositante recebe um Certificado de Depósito pela mercadoria depositada;

O depositante espera até que as condições do mercado o induzam a vender a mercadoria armazenada;

O operador do armazém garante a entrega da mercadoria descrita no Certificado de Depósito (esta mercadoria pode ser não exactamente aquela que foi depositada, mas deve ter igual ou melhor especificações da que foi originalmente depositada);

O comprador recebe a mercadoria na quantidade e qualidade indicada no certificado de depósito, o que lhe confere maior confiança para entrar num acordo de compra.

Fonte: USAID (2012)



---


#### 2.4.4. Financiamento

Nos casos em que o depositante tenha solicitado empréstimo de dinheiro usando a mercadoria como garantia (i.e. colateral), o pagamento da mercadoria é feito através do banco financiador. O banco então deduzirá o empréstimo junto com quaisquer juros e outros encargos, antes de creditar a conta do depositante com o saldo. Em alguns países, são as próprias bolsas de mercadorias que desempenham esta função e garantem o pagamento a todas as partes interessadas: operador de armazém, banco e o depositante.

#### 2.5. SISTEMA DE ARMAZENAMENTO PÚBLICO

A maior parte das bolsas de mercadorias em África se concentra nos cereais. Por esta razão, é necessário que haja disponibilidade contínua de cereais, o que implica que se deve possuir a capacidade de armazém adequada. O indicador da viabilidade para se estabelecer uma bolsa de mercadorias é o estabelecimento de uma capacidade de armazenamento com um padrão mínimo de qualidade. Contudo, o aumento da capacidade dos armazéns pode tornar-se oneroso mesmo quando os custos unitários são razoáveis, caso haja uma ocorrência elevada de deficiências, e se grande parte da capacidade de armazenagem existente estiver localizada para satisfazer as prioridades das grandes empresas para-estatais de comercialização, ao invés de responderem e estarem compatibilizadas com as necessidades de um sistema baseado no mercado (Shahidur *et al.*, 2010).

Um argumento a favor do sistema de armazenamento criado e gerido pelo setor público é apresentado por Kozár (2004). Segundo este autor, os Estados Unidos da América têm um dos mais sofisticados sistema nacional de armazéns públicos que funcionam como a instituição base para o comércio de cereais, que funcionam sob supervisão do Departamento da Agricultura, instituição que também zela pelo sistema nacional de armazéns e dos *stocks* de cereais armazenados. Kozár defende que o papel regulador que vinca no sistema norte-americano é útil e que é igualmente funcional no sistema de armazenamento público húngaro. O autor conclui afirmando que para além da sua função primária de mercado, o armazenamento público tornou-se um instrumento de intervenção governamental no mercado das *commodities*, principalmente nos cereais e



---

vinhos na Hungria. Não obstante a funcionalidade do sistema de armazenamento público atual, Kozár (2004) previa que o futuro de tal sistema iria sofrer modificações na forma de intervenção, com intervenção pública limitada à disponibilização da capacidade de armazenamento para fins intervencionistas, servindo de meios de produção e de financiamento à comercialização.

---

## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA

#### 3.1. INTRODUÇÃO


#### 3.2. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

A presente dissertação é de carácter exploratório e explicativo. Embora seja dado enfoque a avaliação de impacto, na prática, não se trata de uma comparação das situações de “antes” e “depois” da introdução da BMM, pese embora alguns dados sejam completamente novos em relação a realidade anterior à introdução da bolsa. Fez-se uma análise situacional, e os resultados da intervenção da bolsa foram analisados em termos relativos, comparados com as transações globais, bem como pelo seu valor económico quando se tratar de dados novos (como é o caso dos CDs).

O objetivo fundamental era avaliar o sucesso relativo da introdução da BMM no mercado, olhando para o que já foi conseguido e perspetivando o seu potencial, em face dos objetivos e metas das medidas políticas que culminou com a introdução da bolsa de mercadorias em Moçambique.

As variáveis fundamentais de análise foram as infraestruturas de armazenamento, os volumes de mercadorias armazenadas, volumes transacionados, certificados de depósito emitidos e as intermediações bolsistas realizadas. Para estas variáveis, a principal fonte de informação foi a BMM, obtidos quer por via de entrevistas como através de análise documental. Em termos de avaliação institucional, com realce para a adequação da estrutura organizacional e funcional, por um lado, e a eficácia dos processos institucionais e inter-institucionais, recorreu-se às entrevistas e análise documental. Em ambos os casos, recorreu-se à aplicação de inquéritos com recurso a questionários semi-estruturados, com perguntas semi-abertas e abertas. Os questionários usados podem ser vistos na seção dos anexos.

O tipo de análise empregue foi descritivo, incluindo análise estatística-descritiva. Para a avaliação institucional, faz-se uma análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), com recurso a informação documental e das entrevistas.



---

O horizonte temporal vai desde a introdução da BMM, em 2012, até aos dados mais recentes de 2017, quando disponíveis. Quanto ao horizonte espacial, avalia-se o impacto ao território como um todo, uma vez que a BMM tem carácter nacional e pode operar em todo o país.

Na realização dos inquéritos, os informantes-chave foram os gestores da BMM e alguns técnicos. Embora estes últimos não tenham sido abertos para as entrevistas, puderam fornecer documentos com informação e dados relevantes. Foram também contactados operadores externos (entre produtores, compradores, e outras partes interessadas), conforme atesta a lista de contactos na seção de anexos.

---

## CAPÍTULO IV

### O CONTEXTO ECONÓMICO E DO SETOR AGRÁRIO

#### 4.1. INTRODUÇÃO

Moçambique é uma economia dependente da agricultura. A agricultura representa cerca de 20% do Produto Interno Bruto (média de 2010-2016), e proporciona oportunidades de emprego para mais de 80% da população rural (INE, 2017). A BMM surge no âmbito do programa do governo para a dinamização dos setores da agricultura, da indústria e do comércio. Especificamente, a BMM foi criada para zelar pela comercialização organizada e transparente de mercadorias (vulgo *commodities*), a grosso, desde que sejam reunidos os requisitos necessários para serem transacionados nas plataformas eletrónicas (*bid and offer*) ou em outras formas de leilões, em mercados a vista bem como em mercados futuros. Contudo, a forte dependência da economia na agricultura, por um lado, e a natureza complexa que envolve os contratos de exploração de recursos minerais e energéticos que constituem a grande maioria dos projetos de investimentos estrangeiros no país (quase na sua totalidade virados para mercados consumidores estrangeiros), fazem com que a BMM esteja somente virada para o mercado de *commodities* agrícolas. Por esta razão, este capítulo dá ênfase a agricultura e a comercialização agrícola.

Mas antes, porém, apresentam-se alguns dados que caracterizam o desempenho da economia, incluindo dados do setor externo.

#### 4.2. O CONTEXTO GERAL E DA ECONOMIA

##### 4.2.1. LOCALIZAÇÃO

Moçambique localiza-se na costa Este da África Austral cobrindo uma área de 801,590 km<sup>2</sup> dos quais 13,000 km<sup>2</sup> constituem águas interiores. O país é atravessado por um número de rios internacionais, incluindo os Rios Zambeze, no centro e Limpopo, no sul do país. Estes dois rios provêm recursos hídricos estimados em 216 km<sup>3</sup> por ano, dos quais 46% são gerados internamente. O perfil demográfico mostra que em 2017, a população foi estimada em cerca de 27.8 milhões de pessoas, cerca de 70% das quais

---

estava a residir no meio rural (INE, 2017). O país dispõe de amplas terras aráveis, água, energia, assim como recursos minerais e gás natural recentemente descoberto offshore, três portos marítimos profundos, e uma potencial grande reserva de mão-de-obra. Também está estrategicamente localizado, pois quatro dos seis países com que faz fronteira não têm acesso ao mar, dependendo portanto de Moçambique como uma rota para os mercados globais.

#### **4.2.2. CONTEXTO POLÍTICO**

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) continuam a ser as principais forças políticas do país, seguidas pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Embora a Frelimo tenha vencido as últimas eleições presidenciais em 2014 e mantenha uma maioria confortável no parlamento, os dois principais partidos da oposição têm vindo a ganhar terreno. A Renamo, um antigo grupo rebelde, manteve a sua milícia após o acordo de paz de 1992 e, até 2017, ainda se registaram conflitos armados esporádicos na região central do país. Estão em curso conversações de paz e, como resultado, em Fevereiro do corrente ano de 2018 foi anunciado um acordo sob a forma de uma emenda constitucional submetida para ratificação ao parlamento. Continuam também discussões com a finalidade de integrar os combatentes da Renamo no exército.

#### **4.2.3. CONTEXTO ECONÓMICO**

Aqui apresentamos a evolução das principais variáveis macroeconómicas de forma a analisar o desempenho económico ao longo das décadas, desde 1980, fazendo uma retrospectiva da presente década. Em termos recentes, ênfase vai para o período 2010-2017. As Tabelas 7 e 8 em anexo apresentam os dados usados na análise descritiva desta seção. Antes, porém, importa realçar a interrupção, em 2016, dos programas de apoio orçamental e do associado fluxo de investimento externo de que a economia de Moçambique se beneficiava até a altura da descoberta da existência de dívidas públicas ocultadas ao público e aos credores internacionais. Este facto, veio expor as principais fragilidades da economia de Moçambique. Além da crise cambial, refletida na quase

---

duplicação da taxa de câmbio, de 2014 até 2017, o país passou a enfrentar significativas restrições do lado fiscal, que só foram sustentadas com o financiamento inflacionário e via venda dos títulos do governo. A fraca capacidade de financiar o défice orçamental faz com que muitos programas de investimento não se realizem, incluindo situações de cortes orçamentais a projectos em curso, como é o caso da Bolsa de Mercadorias. Em seguida, analisamos as principais variáveis macroeconómicas.

#### **4.2.3.1 Crescimento do PIB**

Após a independência do país em 1975, Moçambique esboçou um plano para a década 1980, com a designação de “Plano Perspectivo Indicativo, PPI”, cujo mote principal era acabar com o subdesenvolvimento e se consolidar a construção do socialismo.<sup>3</sup> Não estando a surtir os efeitos desejados, o PPI veio a ser substituído, em 1987, pelo Programa de Reabilitação Económica, PRE<sup>4</sup>, com uma viragem para a economia de mercado e neoliberal. Com o país mergulhado em guerra civil, a recuperação económica foi lenta, e a década registou um crescimento de apenas 0.8%.

Com o PRES em implementação, e com o fim da guerra civil em 1992, a década de 90 conheceu uma recuperação económica assinalável, tendo se registado um variação média do PIB de 7.7%. Na década seguinte (2000), com o aprofundamento das reformas económicas a taxa média de crescimento económico manteve-se na mesma cifra.

O rápido crescimento económico que até então se registava, e a descoberta de quantidades significativas de reservas de recursos minerais (carvão e gás), criou expectativas exacerbadas sobre a capacidade do país gerar liquidez para financiar o seu próprio desenvolvimento. Como resultado deste sentimento, em 2012, inicia um processo que levou o país a endividar-se com recurso ao crédito comercial. O modo como o processo foi conduzido, com sigilo, ou seja, fora dos acordos internacionais e sem o *due diligence* interno, fez com que o país perdesse a confiança dos seus principais parceiros de cooperação e de apoio ao Orçamento do Estado. Como

---

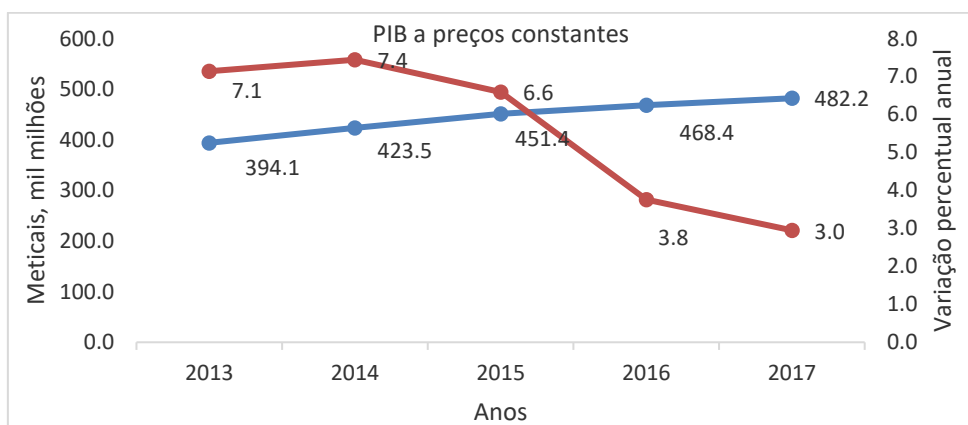
<sup>3</sup>Por esta razão, a década de 80 foi popularmente referida como “a década da vitória contra o subdesenvolvimento”.

<sup>4</sup>O PRE veio a ser mais tarde designado de Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), cuja implementação é financiada pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

resultado, a economia entra em crise, exacerbado pelo conflito político-militar, queda dos preços dos principais produtos de exportação, forte depreciação da moeda e redução significativa do fluxo de investimento. Os principais indicadores macroeconómicos deterioraram-se. Conforme mostram os dados do FMI (Figura 4.1 e Tabela 7 e 8 do Anexo), a taxa de crescimento da economia reduziu, sucessivamente, para 6.6% em 2015, 3.8% em 2016, e 3.0% em 2017.

Projeções para 2018 indicam uma recuperação da economia, que se prevê que seja lenta até ao final da década. Sem previsibilidade do retorno dos parceiros de apoio ao orçamento, nada indica que a taxa de crescimento retorne aos níveis das duas décadas anteriores. Contudo, em 2023, com o início da exploração do gás na bacia do Rovuma, a expectativa é de que a taxa de crescimento se eleve para cerca de 10%.

**Figura 4.1: Evolução do PIB em Moçambique (médias, por década e por ano)**



Fonte: Autor, com base em dados do FMI/WEO, Abril de 2018

Um indicador comum, utilizado para estimar a evolução do bem-estar, é o PIB *per capita*. A crise iniciada em 2014 traduziu-se na redução deste indicador em cerca de 15% em 2015, e em 26% em 2016. A recuperação de 2017 permitiu repor o nível de PIB *per capita* verificado em 2010.

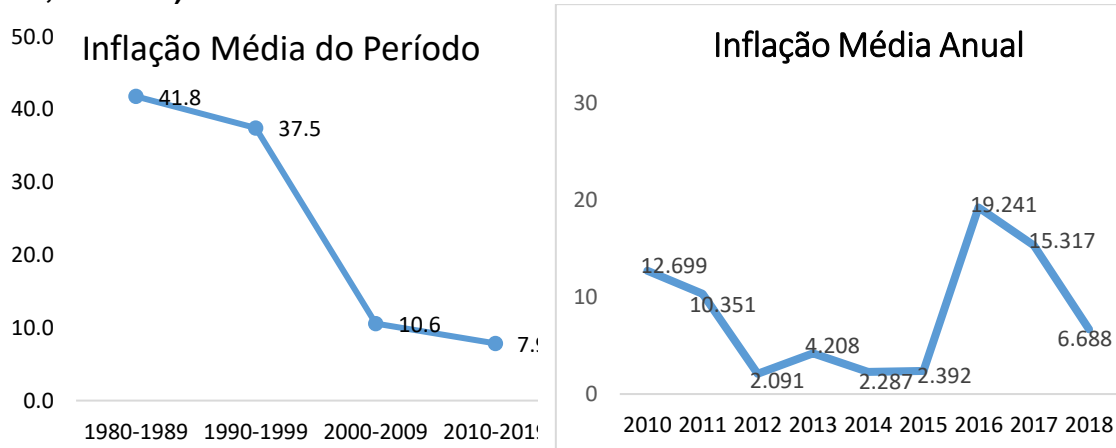


### 4.2.3.2 Evolução da Taxa de Inflação

A adoção de políticas monetária e fiscal prudentes no âmbito da implementação do programa de reabilitação económica iniciado na década de 80, e as reformas económicas, políticas e sociais que se seguiram, permitiram uma estabilização macroeconómica que resultou numa redução sustentada da inflação. De uma inflação média de cerca 42% na década de 80, o país registou uma média a volta de 8%, desde 2010. Contudo, pressões inflacionárias que resultaram da crise iniciada em 2014 e a subsequente interrupção do programa da ajuda externa, elevaram a média para níveis registados em meados da década 2000. Em 2016, a inflação atingiu um pico de 19%, com ligeira descida para 15% em 2017 (Figura 4.2).

A resposta do governo face a crise foi um congelamento dos aumentos salariais no setor público. Por outro lado, os aumentos salariais no setor privado foram moderados. No contexto da inflação alta, o poder de compra deteriorou-se significativamente. Evidências de um estudo recente indicam que o nível de pobreza que se estimava em 46.1%, no período 2014/2015, passou para uma média de cerca de 57% (Mambo *et al.*, 2018)<sup>5</sup>.

**Figura 4.2: Evolução da taxa média de inflação (por década, a esquerda; e, por ano, a direita)**



Fonte: Autor, com base em dados do FMI/WEO, Abril de 2018

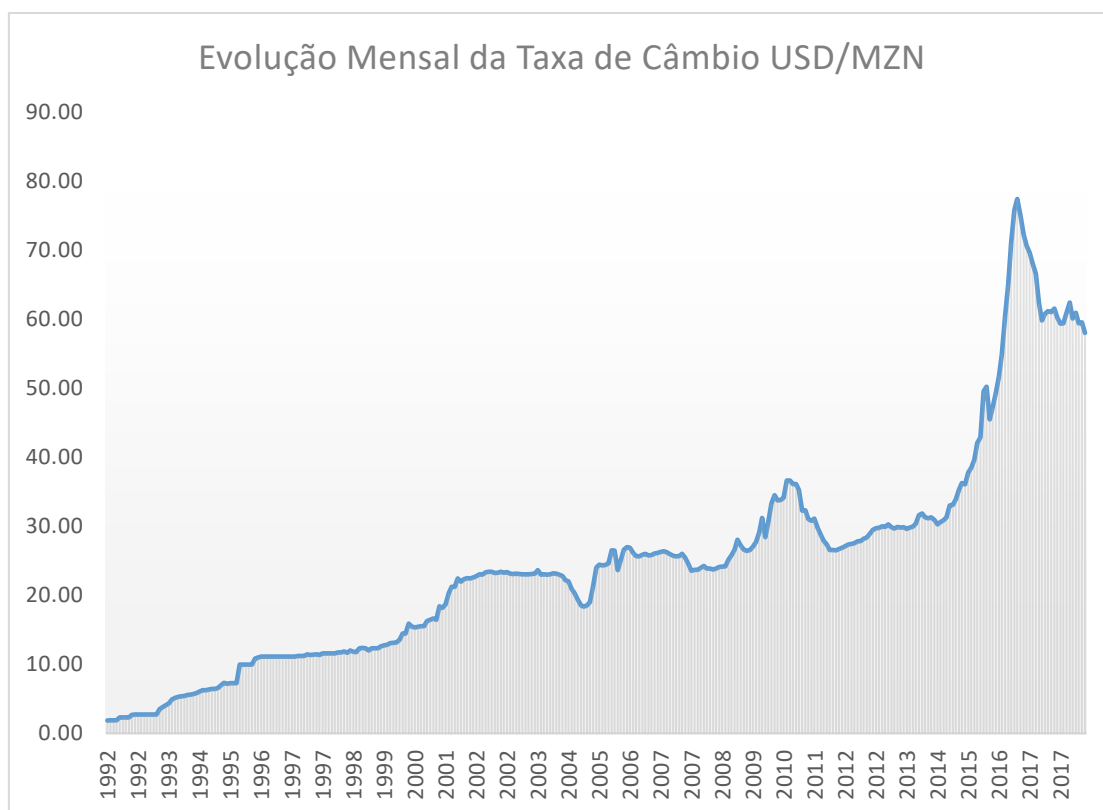
<sup>5</sup>Mambo, F.; Paris, Y.; Salvucci, V.; e Santos, R. (2018): Simulating the effect on households' real consumption and poverty of the increase on price that followed the 2015-16 economic crisis in Mozambique. Wider Working Paper 61/2018.

### 4.2.3.3 Evolução da Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio tem seguido o sentido da depreciação da moeda nacional ao longo dos anos. Contudo, a crise da dívida externa recentemente registada provocou um salto dramático de depreciação mensal do metical no período 2015 – 2016, tendo registado uma variação média de 22.5%, muito acima da variação média mensal de 1.3%, registada entre 1992 e 2014 (Figura 4.3).

Como foi mostrado nas seções anteriores, neste período da crise, comportamento análogo e do mesmo sentido foi registado na taxa de inflação, ao passo que o PIB teve movimento contrário, registando uma queda igualmente assinalável.

**Figura 4.3: Evolução da Taxa de Câmbio (média mensal)**



Fonte: Banco de Moçambique e <https://www.investing.com/currencies/usd-mzn-historical-data>

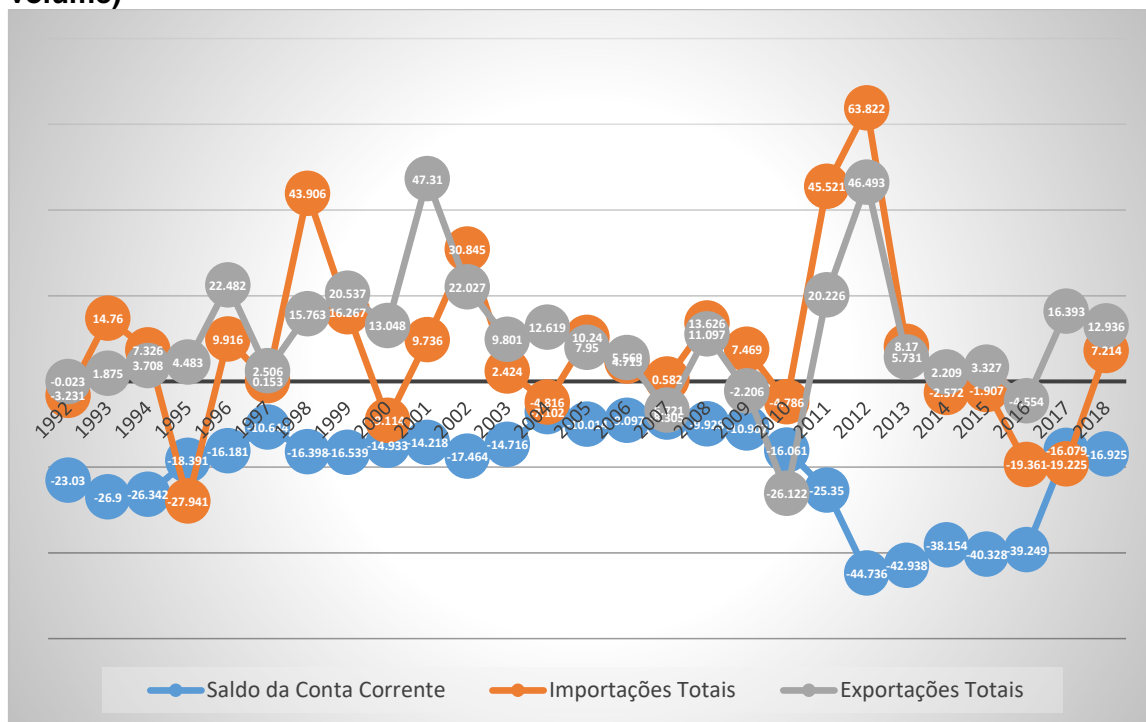
O pico da depreciação do metical foi atingido em Outubro de 2016. Desde então, nota-se uma recuperação do metical, consistente com a melhoria relativa dos restantes indicadores, nomeadamente a taxa de crescimento do PIB e a inflação.

#### 4.2.3.4 Evolução da Conta Externa

A fotografia externa da crise de 2015 e 2016 reflete-se na balança de pagamentos. Nesta, nota-se um crescente défice em todas as contas, uma tendência relativamente revertida ao longo do segundo semestre de 2017.

Na conta corrente, a conta parcial de bens, portanto, exportações e importações, deixou de se ser negativa nos últimos trimestres. Entretanto, a conta corrente, que inclui os serviços continua negativa. Na Figura 4.4 pode-se observar a forte deterioração da conta corrente medida em termos de percentagem do PIB no período 2010-2016, justificado por uma forte variação positiva do volume das importações que superaram as variações positivas das exportações, sobretudo entre 2010 a 2012.

**Figura 4.4: Saldo Corrente (% do PIB), Exportações e Importações (variação % do volume)**



---

Fonte: FMI/WEO, Abril de 2018

A conta de serviços permaneceu negativa em 2017, embora a conta parcial de bens tenha sido positiva. Isto resultou do déficit da conta parcial de serviços, particularmente influenciado pelos serviços de assistência técnica e outros serviços ligados ao comércio. O déficit da conta corrente estima-se em 347,6 milhões de USD.

#### **4.2.3.5 Evolução da Dívida Pública**

Os níveis de endividamento do país são elevados. Contudo, a dívida externa desceu de 103,7% do PIB no final de 2016, para cerca de 85,2% no final de 2017, principalmente devido à valorização do metical, a moeda doméstica. Entretanto, os níveis da dívida interna do governo central aumentaram devido às necessidades de financiamento do orçamento. Moçambique continua a estar em incumprimento do seu Eurobond (*i.e.* EMATUM bond) e nos dois empréstimos anteriormente não revelados (*i.e.* ProIndicos e MAM). O governo iniciou conversações com os credores sobre uma possível reestruturação da dívida, mas esse processo levará provavelmente algum tempo até ser resolvido.

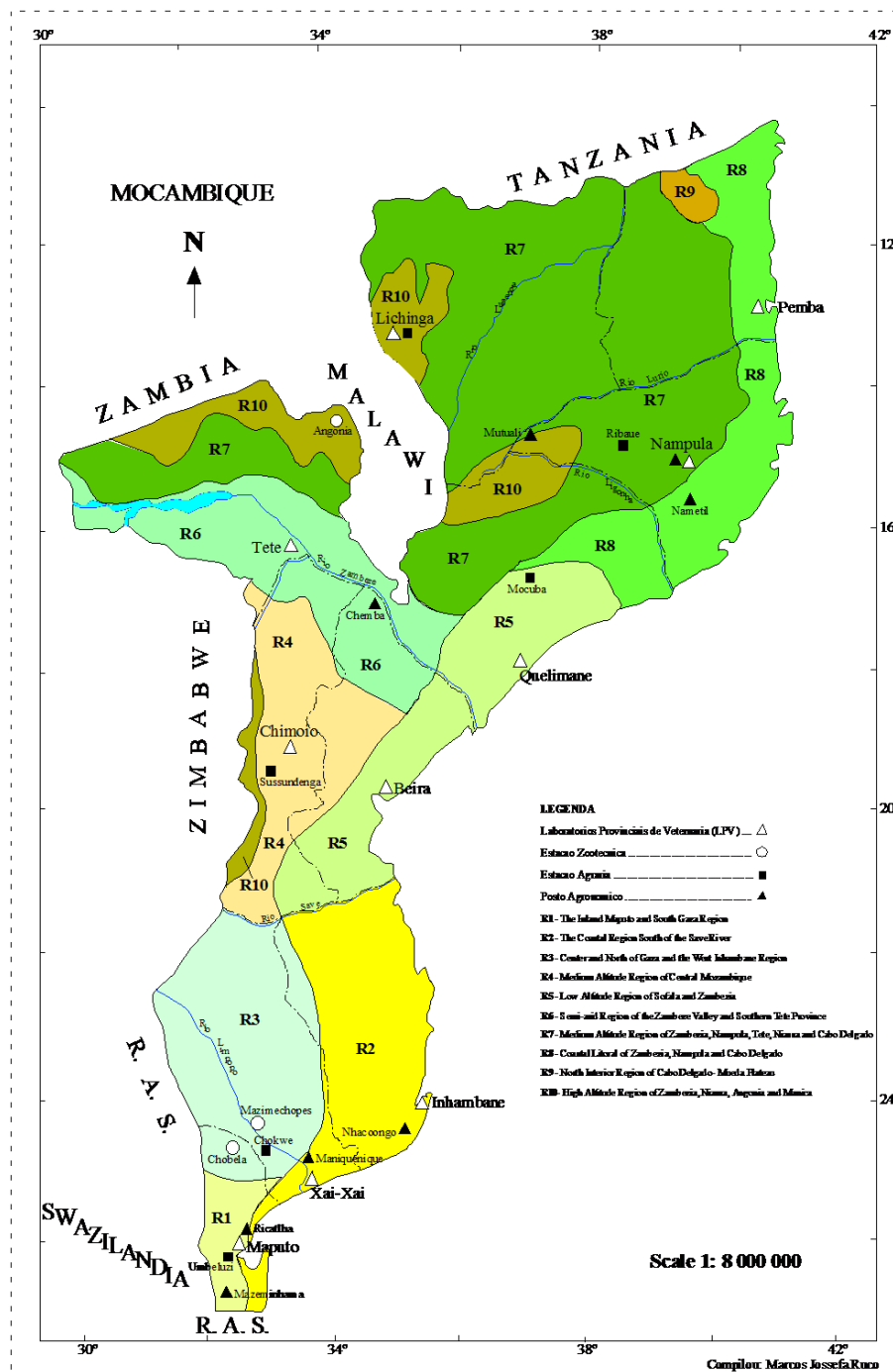
#### **4.2.3.6 Evolução por Setor de Atividade**

Analisando por setor de atividade (vide Tabela 9 em Anexo), conclui-se que a desaceleração da economia foi fortemente impulsionada pelo abrandamento no setor dos serviços, que representa mais de metade do PIB. Uma das explicações possíveis reside no adiamento das decisões finais relativamente aos projetos na bacia do Rovuma, o que terá retardado a implementação de serviços de apoio a estes projetos. No setor terciário, contribuiu ainda de forma negativa a instabilidade político-militar, que afetou o fluxo de turistas entre finais de 2015 e meados de 2016.


O setor primário, embora tenha uma representatividade menor no produto nacional (26%), é, em termos de empregabilidade, o mais relevante, empregando cerca de 80% da população. Este setor registou um crescimento de 3.2%, em 2016, semelhante ao de 2015, uma expansão diminuta tendo em conta que a taxa de crescimento da população foi de cerca de 3% em 2016.

### 4.3. O CONTEXTO DO SETOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

Figura 4.5: Mapa de Moçambique



Fonte: GdM (2011c): PNISA



---

Moçambique é um dos países que se beneficia de fundos de doadores, particularmente da União Europeia (UE), destinados à agricultura, recebendo em média 15 milhões de euros por ano (GdM, 2013; UE, 2015). Contudo, a produção agrícola está longe de gerar excedentes suficientes para satisfazer as necessidades internas de consumo domésticas e a procura externa.

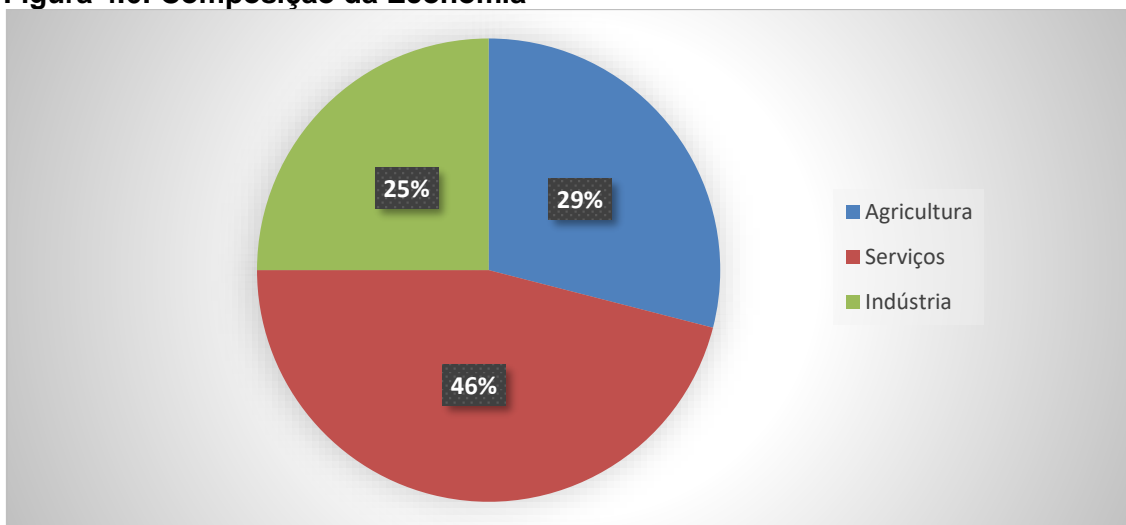
O nível de produção e da produtividade do setor familiar ou de subsistência, que comporta cerca de 98% da população rural, tende a estagnar, não obstante o enorme potencial do país. Moçambique dispõe de 36 milhões de hectares de terra cultivável. A terra arável pode ser estendida para 49 milhões de hectares ou 62% da área total da terra, que é 79 milhões de hectares.

Existem cerca de 3,7 milhões de pequenos agricultores contra 3.500 médios e 900 grandes. Estes pequenos produtores cultivam, em média, 1.2 ha por família e ocupam um total de cerca de 8 milhões de ha. Mais de 80% da área total cultivada é utilizada para a produção de culturas alimentares básicas destinadas ao autoconsumo.

Devido a maior prevalência da agricultura de subsistência, as exportações comerciais (que se concentram no açúcar, tabaco, algodão, gergelim e castanha de cajú) atingiram USD 700 milhões, em 2014, criando um défice notório em relação à importação de produtos agrícolas estimadas em cerca de mil milhões de dólares. Em seguida apresentamos alguns dados estatísticos relevantes para a produção agrícola e ao comércio externo (Zacarias and Dirk, 2015).

O setor primário, que compreende o setor da agricultura, é o segundo mais importante na economia moçambicana, com cerca de 29% do peso total da produção nacional, atrás dos serviços que constituem pouco menos de metade da economia (Figura 4.6).

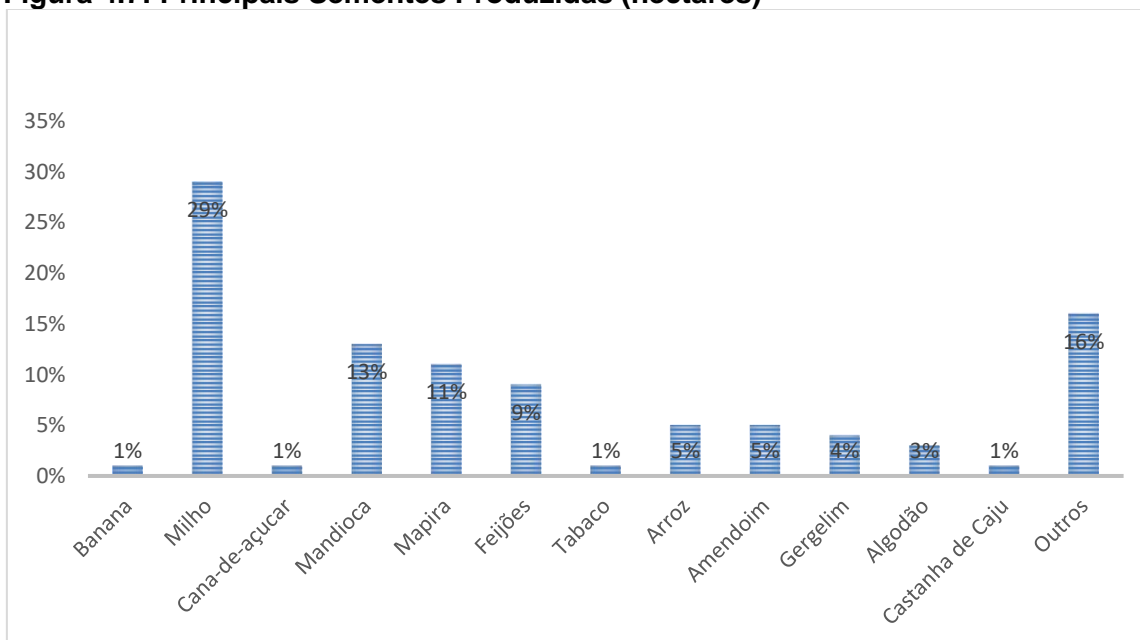
**Figura 4.6: Composição da Economia**



Fonte: Zacarias e Esterhuizen (2015)

Em termos de sementes, o milho (29%) e a mandioca (13%) são os produtos mais cultivados em Moçambique (Figura 4.7). O cruzamento destes dados com os do comércio externo (Figura 4.9) mostra que estes pesos são relativos às quantidades, mas não representam necessariamente pesos equivalentes em termos de valor.

**Figura 4.7: Principais Sementes Produzidas (hectares)**



Fonte: Zacarias e Esterhuizen (2015)

A tabela 3 mostra a evolução das exportações e das importações do setor primário, podendo-se constatar o aumento do déficit comercial (Figura 4.8), bem como o peso relativo que a agricultura ocupa no total do comércio externo do país. A agricultura contribui com uma média de 16% do total das exportações contra 12% nas importações.

**Tabela 2: Peso da Agricultura no Comércio Externo (em milhões de US\$)**

Ano:	2012	2013	2014
<b>Exportações Totais da Agricultura</b>	\$555	\$709	\$699
<b>% de Exportações Totais</b>	16%	18%	15%
<b>Importações Totais da Agricultura</b>	\$793	\$990	\$1,024
<b>% de Importações Totais</b>	13%	10%	12%

Fonte: Zacarias e Esterhuizen (2015)

**Figura 4.8: Tendências do Comércio Externo do Setor da Agricultura**

<b>Sector Externo</b>					
	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações (USD milhões)	3,856.0	4,123.0	3,927.0	3,557.0	3,643.0
Importações (USD milhões)	7,903.0	8,480.0	7,952.0	7,090.0	7,863.0
Das quais: mega-projectos	2,143.0	1,934.0	1,487.0	802.0	2,058.0
Saldo bal. corrente, depois de donativos (% PIB)	-44.7	-39.1	-34.1	-30.2	-33.3
Saldo bal. corrente, antes de donativos (% PIB)	-48.3	-41.9	-37.4	-33.1	-36.6
Donativos externos (USD milhões)	538.0	460.0	568.0	441.0	442.0
Reservas internacionais brutas (USD mil milhões)	2.80	3.19	3.07	2.47	2.10
Em meses de importações	2.7	3.3	3.9	3.0	2.7

Fonte: FMI (Artigo IV Jan.2016).

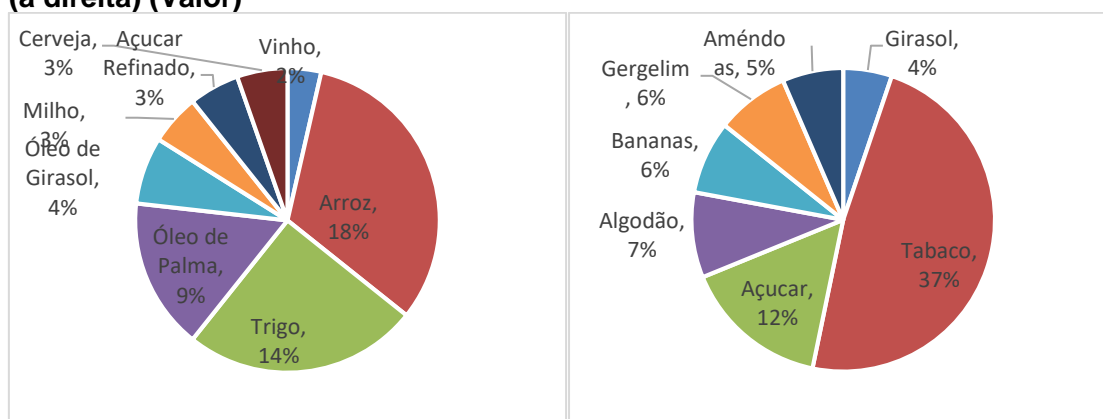
Fonte: BPI (2016): Moçambique – Estudos Económicos Financeiros

Os produtos agrícolas de maior peso em valores importados são os cereais. Embora Moçambique tenha condições climato-hidrológicas propícias para a produção de arroz, com potencial para ser excedentário, o país importa a maior quantidade consumida deste cereal, mercê da fraca competitividade relativamente aos países asiáticos (principalmente a Tailândia e o Vietname). A estagnação dos principais projetos de regadios no Centro e Norte do país contribuem para o fenómeno. No caso do trigo, as necessidades de consumo excedem de longe a produção atual, sem possibilidades à vista de se fechar o déficit. A produção combinada das principais áreas de potencial



produção de trigo (nas províncias centrais de Manica e Tete) não apresentam competitividade suficiente para fazer face às importações. Já o outro cereal importado, o milho, é um produto que geralmente o país apresenta excedente contínuo nas zonas centro e norte do país. A região sul de Moçambique consome milho proveniente da África do Sul porque as vias de acesso são precárias e as distâncias são longas, do norte e centro do país para o sul.


**Figura 4.9: Principais Produtos Agrícolas Importados (à esquerda) e Exportados (à direita) (Valor)**



Fonte: Zacarias e Esterhuizen (2015)

Em termos de exportações, dadas as pequenas quantidades relativas que os agregados familiares cultivam, a exportação é realizada por grandes firmas que se posicionam no mercado e acumulam volumes. Contudo, pode-se constatar da análise dos dados que os maiores produtos cultivados (milho, mandioca, mapira e o feijão) são destinados para o mercado doméstico, sendo marginais as quantidades destinadas à exportação (sobretudo o feijão). Os produtos de menor peso, em termos de hectares cultivados (tabaco, açúcar processado, algodão, gergelim, banana e castanha de cajú), são os que dominam em termos de valores, sendo o tabaco o líder destacado.

A inferência que se pode fazer dos dados apresentados é que a produção agrícola em Moçambique ainda é deficitária, embora se fale da existência de vastas áreas férteis e de potencialidades de produção de excedentes. Enquanto ocorrem esforços de se reverter a situação, com a implantação de projetos como a BMM, a realidade no terreno mostra que ainda há muitos obstáculos para se passar da agricultura



---

predominantemente familiar e de subsistência para uma agricultura comercial e virada para o mercado. O maior culpado, em termos técnicos, é o fraco nível de desenvolvimento das infraestruturas logísticas (vias de acesso, acesso ao crédito, acesso a mercados) e de apoio ao produtor (fertilizantes, irrigação e mecanização). Não sendo esta matéria de base desde estudo específico, o capítulo que se segue é analisado tendo em conta esta realidade conjuntural.

---

## CAPÍTULO V

### A BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE

#### 5.1. INTRODUÇÃO

A economia de Moçambique é fortemente dependente de recursos naturais e o país produz e tem potencial para produzir grandes volumes de mercadorias passíveis de serem transacionados num mercado bolsista. Conforme caracterizado no capítulo anterior, o vasto território moçambicano possui um grande potencial para a prática da agricultura, pesca e pecuária. O subsolo contém valiosos minérios, gás, pedras preciosas e semipreciosas. Muito recentemente, foram descobertos enormes jazigos de gás natural no norte do país, que vieram se juntar a outras reservas que já estavam em exploração há duas décadas no sul do país. Apesar deste enorme manancial de recursos, Moçambique está na lista dos países mais pobres do mundo, com um mercado pouco desenvolvido, embora com tendência ascendente da sua integração no comércio internacional.

A indústria extrativa nas áreas mineiras e energéticas é incipiente, mas conta com um forte investimento direto estrangeiro. Este setor é grandemente viabilizado através de contratos de tomada firme das mercadorias no mercado internacional. O investimento virado para o mercado interno enfrenta muitos desafios e nós de estrangulamento típicos de países com o desenvolvimento atrasado. Por exemplo, a agricultura, tida como a base do desenvolvimento da economia nacional (artigo 103 da Constituição da República; GdM, 2004) enferme de várias vicissitudes, desde o fraco nível de financiamento (público e privado), fraco nível de desenvolvimento dos mecanismos de incentivos de mercado (e.g falta de mecanismos de estabilização de preços e das margens de comercialização, acesso ao crédito, informação de mercado), entre outros. A estes problemas acresce o fraco nível de oferta de infraestruturas de suporte logístico (vias de acesso em condições de transitabilidade, facilidades de transporte, armazéns e celeiros para a conservação dos produtos, entre outros).

É neste contexto que as autoridades moçambicanas, no âmbito das reformas que vêm levando a cabo na economia, com a finalidade de organizar o mercado, criaram a BMM,

---


que passa a ser matéria de avaliação e análise neste capítulo. Antes, porém, o capítulo apresenta a instituição no que diz respeito a estrutura organizacional e funcional, incluindo os antecedentes contextuais. Em seguida, são apresentados os elementos económicos e regulamentares da bolsa, imbuída de análise crítica, terminando com uma análise comparativa das funções institucionais e seu impacto na economia.

## **5.2. A GÉNESE DA BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE**

A BMM é um instituto público com autonomia administrativa e financeira, operando sob lei laboral mista (da função pública, para efeitos administrativos; e o regime jurídico da Lei do Trabalho que norteia o setor privado, para questões de gestão do pessoal).

Por via de Decreto Ministerial 36/2012, de 17 de outubro, o Governo de Moçambique criou a BMM por haver “necessidade de uma entidade pública através da qual se possa fazer o comércio a grosso de produtos agrícolas de forma organizada, transparente e eficaz” (Governo de Moçambique, 2012a: p. 441). Por sua vez, o documento técnico conceptual de preparação da criação da BMM enfatiza que um dos objetivos primários da criação da BMM é “eliminar os constrangimentos enfrentados pelos intervenientes da cadeia de valor na comercialização agrícola” (Governo de Moçambique, 2012b: p. 9).

Não obstante esta ênfase no mercado agrícola, os Estatutos da BMM são claros sobre o âmbito alargado de atuação da bolsa no que diz respeito ao tipo de mercadorias a serem matéria de negociação no mercado bolsista, quando diz: “A BMM abrange a negociação de qualquer espécie de mercadorias e contratos que tenham referência ou por objeto mercadorias nas modalidades à vista ou de liquidação futura” (Governo de Moçambique, 2012a: p. 441). Este quadro institucional coloca a BMM na rota dos mercados bolsistas convencionais que operam nas economias mais avançadas, pelo menos em termos legais e conceptual. Na literatura, nota-se que a tendência das bolsas congéneres em África (mas não só) está nas mercadorias agrícolas, tirando a bolsa Sul-Africana (JSE) e a Bolsa das Maurícias (BAM). Algumas bolsas designam-se explicitamente como bolsas de produtos agrícolas, como são os casos da Bolsa de Café de Nairobi (NCE) e da bolsa de mercadorias agrícolas para a África do Malawi (ACE). Mas enquanto os alicerces estão lançados para a BMM se transformar numa bolsa de mercadorias (agrícolas, energéticas, etc.), o foco atual é nas mercadorias agrícolas.



---

A questão que se coloca, então, é saber se há condições para a materialização dos objetivos, e se é possível prever um horizonte temporal em que tal intenção possa tornar-se uma realidade, tendo como base os atuais estágios relativamente aos resultados e impactos em curso.

### **5.3. RAZÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS DA CRIAÇÃO DA BMM**

Entre os principais fatores económicos que levaram as autoridades a intervir no mercado e criar a BMM podem citar-se os que são apresentados no Quadro 3 que se segue (Governo de Moçambique, 2012b: p8-9).

### Quadro 3: Razões para a Implantação de uma Bolsa de Mercadorias em Moçambique

<b>1. Falta de informação precisa sobre excedentes não comercializados</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Vendas forçadas;</li><li>• Preços ao produtor que não incentivam a produção;</li><li>• Existência de muitos intermediários entre o produtor e o consumidor (como consequência temos baixo preço ao produtor o que desincentiva a produção);</li></ul>
<b>2. Altos custos de transação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de organização,</li><li>• Fraca informação de mercados</li><li>• Cobranças inúmeras aos operadores</li><li>• Estado precário de algumas vias de acesso</li></ul>
<b>3. Excedentes comercializados sem colocação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de Padrões de quantidade e qualidade,</li><li>• Práticas de comercialização contraproducentes</li></ul>
<b>4. Elevadas perdas pós colheita</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Armazenagem inadequada,</li><li>• Insuficientes infraestruturas de armazenagem e conservação de produtos frescos</li><li>• Insuficiente parque de unidades de agroprocessamento</li><li>• Limitado acesso a produtos de conservação</li></ul>
<b>5. Falta de financiamento à comercialização</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A agricultura como um todo é vista pelas instituições financeiras como sendo uma atividade de elevado risco e inadimplência</li></ul>

Fonte: Governo de Moçambique (2012b)

Nos círculos políticos de tomada de decisão, existe o reconhecimento de que a comercialização agrícola é uma variável fundamental, constituindo uma das principais fontes de rendimento das populações nas zonas rurais. O Programa do Governo para o quinquénio 2010-2014 (PQG), definiu como objetivos na área do comércio, o desenvolvimento de sistemas funcionais de comercialização de produtos agrícolas com vista à promoção do desenvolvimento do setor agrário e melhoria da segurança alimentar e nutricional, bem como o incremento das exportações de base agrária. De forma consistente com o PQG, o Plano de Ação para a Redução da Pobreza, PARP (Governo de Moçambique, 2011a), identificou a Criação de uma Bolsa como um instrumento prioritário para melhorar o acesso dos Produtores aos mercados agrícolas (Governo de Moçambique, 2012b). Ainda neste contexto político, a Bolsa de

Mercadorias é vista como um veículo que vai contribuir para o alcance dos Objetivos (1, 7 e 8) de Desenvolvimento do Milénio (ODM) (GdM, 2012; citando Harugo, W. N., 2011). A implantação da BMM operacionaliza igualmente o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), ao ligar os mercados aos produtores agrários nos termos (a), do Pilar I, ao contribuir para o aumento da produtividade e competitividade (b), do Pilar II, ao melhorar o acesso aos mercados nacionais regionais e internacionais e (c), nos termos do Pilar IV, ao desenvolver uma Instituição de modernização da agricultura (Governo de Moçambique, 2011b).

O quadro seguinte resume a análise dos pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças da situação da comercialização, razões suficientes que levaram a criação da BMM.

**Tabela 3: Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) da BMM**

Fatores Positivos		Fatores Negativos	
<b>Internos</b>	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de operadores privados e do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) na comercialização de produtos agrícolas</li> <li>▪ Capacidade de armazenamento em expansão               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de um programa de construção de silos e armazéns</li> </ul> </li> <li>▪ Expansão do parque agroindustrial</li> <li>▪ Existência de pessoal técnico qualificado em Moçambique para as operações requeridas quer a nível de bolsa de mercadorias como ao nível de operações financeiras relacionadas com a emissão de certificados de depósito</li> <li>▪ Existência de pessoal técnico qualificado e motivado</li> <li>▪ Existência de rede de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação e redes de telefonia móvel em todo o território nacional</li> <li>▪ Existência de pacotes informáticos e instituições provedores</li> <li>▪ Existência de linhas de crédito bancário e outros fundos de apoio a agricultura, incluindo fundos de garantia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falta de informação precisa sobre excedentes não comercializados               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Vendas forçadas;</li> <li>○ Preços ao produtor que não incentivam a produção;</li> <li>○ Existência de muitos intermediários entre o produtor e o consumidor (como consequência temos baixo preço ao produtor o que desincentiva a produção);</li> </ul> </li> <li>▪ Altos custos de transação               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Falta de organização</li> <li>○ Fraca informação de mercados</li> <li>○ Cobranças inúmeras aos operadores</li> <li>○ Estado precário de algumas vias de acesso</li> </ul> </li> <li>▪ Excedentes comercializados sem colocação               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Falta de Padrões de quantidade e qualidade,</li> <li>○ Alguns compradores compram produtos intencionalmente viciados (por exemplo, pedras no meio de sacos de algodão, palha em sacos com gergelim).</li> </ul> </li> <li>▪ Elevadas perdas pós colheita               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Armazenagem inadequada</li> <li>○ Insuficientes infraestruturas de armazenagem e conservação de produtos frescos</li> <li>○ Insuficiente parque de unidades de agro-processamento</li> <li>○ Limitado acesso a produtos de conservação</li> </ul> </li> <li>▪ Falta de financiamento a comercialização.</li> </ul>	
<b>Externos</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de um quadro orientador para o aumento da qualidade e quantidade de produtos               <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maior volume de produtos;</li> <li>▪ Melhor Qualidade de produtos;</li> <li>▪ Contratos de futuro comecem a ser uma realidade.</li> </ul> </li> <li>▪ Experiências de sucesso na região e no continente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Risco na Agricultura</li> <li>▪ Grande dispersão da produção do setor familiar;</li> <li>▪ Fraca organização dos produtores e das associações</li> <li>▪ Fraca oferta e sazonalidade da produção;</li> <li>▪ Fraca capacidade de gestão da produção e comercialização;</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência de corredores ao serviço da região com infraestruturas básicas de transporte, comunicação e pesquisa agropecuária.</li> <li>▪ Existência de associativismo no meio dos pequenos produtores</li> <li>▪ Existência de centro de máquinas e de apoio à produção agrícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fraca cultura de padrões de qualidade, quantidades e contratos.</li> </ul>
--	---

Fonte: Bolsa de Mercadorias de Moçambique, 2015; adaptado do GdM (2011b).

#### **5.4. ANTECEDENTES POLÍTICO – ESTRATÉGICOS DA CRIAÇÃO DA BMM**

O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) tem o papel de principal regulador da comercialização agrícola. Em cumprimento das suas atribuições, e no intuito de resolver parte significativa dos problemas que caracterizam o processo da comercialização agrícola, o MIC idealizou a constituição de uma Bolsa de Produtos Alimentares de Moçambique (BPAM), uma ideia que evoluiu e veio a originar a atual BMM, ainda na fase conceptual. Paralelamente, o MIC, através de uma equipa técnica<sup>6</sup> criada para o efeito, iniciou o processo de criação do Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito (SACD).

Documentos internos do MIC não publicados indicam que, aquando da apresentação do relatório do país ao Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), na Cimeira de Sirte, o Governo de Moçambique teria sido desafiado a melhorar a forma como os direitos sobre a terra poderiam ser usados como colateral para as necessidades de financiamento. Não sendo a terra alienável em Moçambique, o sistema de “certificado de depósito (CD)” foi considerado capaz de desempenhar esse papel no mercado agrícola<sup>7</sup>.

Antes, porém, como parte do Plano de Ação para a Produção de Alimentos (PAPA 2008 – 2011), e no âmbito da implementação da Estratégia da Revolução Verde (GdM, 2007), foi decidido que o país deveria mobilizar fundos e investir para expandir a capacidade de armazenamento, através da construção de armazéns e silos públicos, e em parceria com o setor privado. A finalidade destas infraestruturas seria a de conservar os excedentes agrícolas (que se presumia superarem a capacidade de armazenamento

<sup>6</sup>Equipa técnica multisectorial constituído por técnicos do MIC, ICM, Ministério das Finanças, Ministério do Plano e Desenvolvimento, Banco de Moçambique e Ministério da Agricultura.

<sup>7</sup> MIC, Direção de Economia: Bolsa de Mercadorias e Futuros, fevereiro de 2011



---


existente) e para se constituírem reservas alimentares físicas para responder às necessidades de Segurança Alimentar (GdM, 2008). Esta ideia ganhou força em parte como resposta à alta de preços de cereais que caracterizou a crise mundial de preços de cereais de 2007-08.

A ideia de se introduzir o sistema de certificados de depósito em Moçambique não é nova. De acordo com Vlatteer (2014), a iniciativa de promover este sistema no país vem desde meados da década de 1990. O autor reconhece, no entanto, que somente a aprovação do Plano de Ação para a Redução da Pobreza em 2011 permitiu o avanço prático da iniciativa. Vlatteer indica que houve dois projetos pilotos de pequena escala que procuraram estabelecer o financiamento de certificados de depósito que fracassaram, excetuando uma iniciativa limitada que ligava algumas grandes empresas comerciais e de exportação ao Banco Terra, com recurso a um mecanismo de Acordos de Gestão de Colaterais e Acordos de Monitoria de Stocks. De Vlatteer identifica igualmente uma prática de financiamento direto mais comum em Moçambique entre os produtores de culturas de rendimento (e.g. tabaco e algodão), que é a prática do mecanismo de Produção por Contrato.

O regulamento do SACD começou a ser esboçado em 2012. Com o financiamento e a assessoria técnica da Aliança para a Revolução Verde em África (AGRA), o Governo de Moçambique, por intermédio da Direção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR), produziu o esboço legislativo sobre o Sistema de Armazenamento com CD. No mesmo ano, o Governo criou a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (Decreto nº 36/2012 de 17 de outubro), como a entidade operacionalizadora da respetiva legislação, cuja versão final foi aprovada em 2014 (Decreto nº. 100/2014, de 31 de dezembro).

A implantação prática do SACD na BMM teve início em 2015. O pacote informático para a gestão do sistema já está operacional e foi usado pela primeira vez no armazenamento de arroz em Chokwé, no Sul do País. A materialização do SACD foi antecedida da assinatura de acordos com quatro bancos, nomeadamente, Moza Banco, BIM, Banco Terra e BCI, em 2015.

Como explicado anteriormente, a construção e a gestão dos silos nem sempre esteve associada ao conceito da bolsa de mercadorias. Com efeito, os complexos de silos públicos foram associados à BMM, por Diploma Ministerial 007/2014, de 7 de março. Portanto, o Ministério da Indústria e Comércio concedeu a BMM os silos construídos



---

pelo Estado como forma de materializar o preconizado nos Estatutos da BMM (Decreto 36/2012, de 17 de outubro). Antes desta passagem, porém, a gestão dos complexos de silos estava associada ao Instituto de Cereais de Moçambique (ICM). Contudo, por força dos seus novos Estatutos, o ICM não tinha atribuições para gerir diretamente os silos, e estava em processo de contratar uma parceria público-privada para o efeito.

De notar que em 2015, quando na posse dos silos, a BMM recorreu ao Conselho de Ministros para igualmente propor a gestão dos complexos na modalidade de Parceria Público-Privada, tendo a proposta sido rejeitada a favor da manutenção da gestão pública por via da BMM.

A racionalidade da gestão dos silos pela BMM assenta em alguns pressupostos-chave, nomeadamente, a necessidade de se construírem volumes de mercadorias armazenadas suficientemente grandes que justificassem as operações bolsistas, por um lado, e prestação de serviços de armazenamento e conservação pós-colheita para pequenos produtores, sabido que estes constituem quase a totalidade dos produtores na realidade atual. Espera-se, então, que os produtores beneficiem-se dos Certificados de Depósitos como garantia para o acesso ao crédito bancário, preferencialmente, bonificado.

Para terminar, e antes mesmo de passar para a secção seguinte, importa frisar o papel importante que jogou o sucesso perceptível da Bolsa de Mercadorias da Etiópia (ECX). Com efeito, a ECX foi criada e é gerida pelo setor público daquele país, inspirando alguns governos africanos, incluindo o Governo de Moçambique. Com a participação de altos dignatários do Ministério da Indústria e Comércio num Seminário sobre bolsas de mercadorias em África, o conceito foi apreciado positivamente e aprimorado para se adaptar à realidade moçambicana. Na sequência, o então Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, foi convidado a visitar a ECX, aquando da sua participação na XVIII Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Adis Abeba, em 2011. Depois disso, foram criadas as condições no país para se institucionalizar o conceito, tendo culminado com a existência da BMM.

---

## 5.5. ANÁLISE DOS PRIMEIROS PASSOS DA BMM E DO SEU MODO DE FUNCIONAMENTO

### 5.5.1. A Bolsa Idealizada para o Contexto Moçambicano

Criada legal e oficialmente em 2012 através da aprovação dos seus Estatutos, a BMM começou a ser estruturada fisicamente em 2013, com a indicação dos seus membros diretivos (i.e. o Conselho de Administração, CA) entre meados e finais do ano 2013, composto por um presidente e quatro administradores (sendo dois executivos e dois não executivos), e com um orçamento de pouco menos de USD 2 milhões. Sem qualquer estrutura interna de suporte logístico, estes quadros focaram-se em atividades de planificação e de mobilização de apoios técnico e financeiros.

À semelhança do que aconteceu com outras bolsas africanas (e.g. ECX na Etiópia e ACE no Malawi), o governo e a BMM procuraram apoio técnico e financeiro de parceiros externos. O primeiro apoio, técnico, veio da Turquia, em meios de transporte e estágio de formação na Bolsa de Cereais de Polatli nas diferentes áreas operacionais duma bolsa de mercadorias. Seguiram-se os apoios financeiros da Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e do Programa Mundial de Alimentação (PMA), respetivamente USD 450 mil e USD 120 mil. A Agência norte-americana de Ajuda ao Desenvolvimento (USAID), a União Europeia (UE) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), organizações que foram muito prestativas na conceção de outras bolsas em África, não responderam positivamente, alegadamente por recearem a reedição do modelo etíope em Moçambique. Com efeito, a evocação do sucesso da ECX provocou algum receio nos principais intervenientes da comercialização agrícola em Moçambique (sobretudo o maior de todos, a *Export Marketing* Limitada, do grupo internacional *Export Trading Group* (ETG), tendo causado uma onda de *lobbies* aos potenciais financiadores. A característica do modelo etíope que causou ecos de contestação é a existência do controlo exclusivo das exportações dos produtos listados na bolsa – café, no caso da ECX. Mais tarde, a DANIDA e o PMA também viriam a questionar a viabilidade da BMM sob mesmos pretextos, embora tenham mantido o acordo inicial assinado com o governo moçambicano.


---

De notar que embora houvesse interesse por parte da BMM em introduzir o regime de exclusividade de alguns produtos<sup>8</sup>, tal proposta nunca chegou a ser formalmente apresentada e discutida no governo. O recuo, se assim se considerar, deveu-se, em parte, pelo facto de ter havido mudança de governo em inícios de 2015 e consequente surgimento de uma nova forma de ser governo, caracterizado por uma maior abertura à economia de mercado e entrega da atividade económica ao setor privado. Esta nova corrente de pensamento ganhou mais peso com o despoletar da crise das dívidas ocultas referenciadas anteriormente neste estudo. Com efeito, o novo governo começou por sugerir um novo paradigma para o papel da BMM. De acordo com este paradigma, a BMM passará a concentrar-se exclusivamente no seu *core business* de gerir a plataforma de encontro entre oferta e procura, deixando a componente de gestão dos complexos de silos e armazéns públicos para a setor público. No presente ano (2017), o Ministério da Indústria e Comércio já iniciou a entrega de alguns complexos de silos e armazéns para uma empresa pública que se dedica a importação de cereais, a STEMA Lda. Deve-se salientar, porém, que esta é a segunda tentativa do MIC levar a cabo o processo da privatização e ou passagem para a gestão público-privada, uma vez que da primeira vez, antes da eclosão da crise da dívida e subsequente aperto as finanças públicas, o governo rejeitou a proposta a favor da continuidade da gestão pública dos silos por intermédio da BMM. No seio da BMM se mantém o sentimento de que a viabilidade do projeto “BMM” depende da manutenção da gestão dos complexos de silos e armazéns públicos, sobretudo porque por esta via a BMM otimiza a oferta de serviços vantajosos aos pequenos agricultores com o intuito de incentivar maiores volumes, ao contrário do foco do lucro – que se julga que seria a primazia da gestão. Neste momento, existe otimismo na BMM de que este último formato venha vingar, mercê do elogio que lhes foi endereçado pelo Presidente da República, quando foram em defesa desse modelo, aquando da realização da visita presidencial ao MIC em Julho de 2017.

### **5.5.2. Racionalidade da BMM como um Instituto Público**

---

<sup>8</sup>Os critérios para a definição do que seriam os produtos de transação mandatária na BMM não foram partilhados pelos entrevistados para efeitos deste estudo. Mas pelas características dadas na generalidade, presume-se que fossem algumas culturas de rendimento, como a castanha de cajú, gergelim, entre outros.




---

Através da nota conceptual do projeto “BMM”, foi reconhecido que a criação de um mercado grossista organizado, na forma de “bolsa de mercadoria” envolve elevados custos e um nível muito exigente de recursos humanos e materiais, um investimento que foi considerado demasiado elevado para ser arcado por uma iniciativa privada, na atual conjuntura económica. O interesse público acabou dominando, tendo em conta que se considerou demasiado alto o custo de oportunidade da alternativa de não intervenção pública.

Os estudos preliminares de viabilidade (com pressupostos baseados no modelo etíope acima referido) demonstraram que o investimento público era viável sob o ponto de vista económico bem como financeiro. Estudo similar encomendado pela BMM à consultora internacional *Ernest & Young* também confirmou as projeções otimistas, baseando-se no potencial de excedentes de diversos produtos agrícolas, mesmo depois de relaxado o pressuposto de haver mercadorias “mandatárias”. Note-se, contudo, que as projeções foram feitas com níveis de investimento muito aquém dos que realmente estão disponíveis para a BMM na realidade atual.

Como será mostrado nas seções que se seguem, os resultados de desempenho da BMM no formato atual tendem a melhorar timidamente. Não obstante, persistem divergências quanto a manutenção ou não da intervenção direta do setor público na comercialização agrícola. Uma corrente de pensamento é a favor do papel “neoclássico” do governo na economia, advogando que este deve se concentrar na atividade regulatória e de facilitação do setor privado, sem que necessariamente faça gestão de empreendimentos económicos produtivos. Este fio de pensamento foi recentemente posto em prática quando se decidiu reformar a instituição pública que, historicamente, esteve à frente do processo de controlo da comercialização agrícola em nome do Estado, o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM). Com efeito, o ICM passou, ao longo dos anos, de Instituição que intermediava a colocação do excedente agrícola dos produtores nos mercados finais de consumo, para uma instituição que deveria funcionar como comprador de último recurso e de acondicionamento de excedentes para efeitos de segurança alimentar, para finalmente lhes ser atribuído o papel de promotor das iniciativas privadas nas áreas de comercialização agrícola e agro-processamento. Neste formato, o ICM não recebe fundos do Orçamento do Estado, sendo financeiramente autónomo.



---

A corrente de pensamento que pensa na alternativa vigente é de opinião que a actual “desorganização” do mercado e do processo de comercialização agrícola é tal que não beneficia a economia. Os pequenos agricultores, que são a esmagadora maioria, perdem a favor dos intermediários e das grandes empresas de comercialização agrícola, não tendo incentivos económicos para investir na produção e em meios de incremento da produtividade. Não havendo iniciativas viáveis e a vista do setor privado para eliminar esta falha de mercado, o papel do governo torna-se imprescindível.

A questão, então, fica em saber até que ponto se pode otimizar a intervenção do Estado na produção e no investimento público, sem causar outra distorção nas forças do mercado. Vimos na literatura revista que o mercado bolsista, no seu *core business* de intermediação, apenas faz o papel de intermediação entre as forças de procura e oferta, sem influenciar diretamente a fixação de preços. Mas no caso da BMM, a intervenção na gestão de silos e armazéns e a prestação de serviços correlacionados vai além do limite de intermediação. Mesmo considerando que a BMM oferece preços competitivos para incentivar os pequenos agricultores, essa ingerência poderá ser fonte de distorção (i.e., desincentivo) do capital privado.

Embora fosse interessante quantificar esta matéria, ela não constitui objecto primário de análise desta dissertação. O quadro que se segue (Quadro 4) mostra o mecanismo de transmissão que se prevê funcionar para o investimento público em complexos de silos e armazéns com sistema de certificados de depósito. Como se pode depreender, há indicadores que em pesquisas posteriores podem ser avaliados para enriquecer a literatura empírica sobre o modelo de bolsa em Moçambique.

#### Quadro 4: Resultados Esperados do Investimento Público na BMM

<p>Conceptualmente, a BMM, como investimento público, com a sua componente de gestão de silos e armazéns e um sistema de certificados de depósito irá baixar os custos de transacção na comercialização agrícola, optimizando as perdas pós-colheita dos pequenos produtores, a qualidade aos produtos conservados e as oscilações de preço. A redução de custos de transacção irá atrair mais serviços de apoio logístico (ex. desenvolver os serviços de transporte, empacotamento, distribuição, entre outros) e incentivar o aumento de volumes de produção e de excedentes em escala que beneficiará a todos os intervenientes da cadeia de valor agrícola. O mecanismo de transmissão expectável pode ser resumido da seguinte forma:</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redução de perdas pós-colheita;</li><li>• Conservação, segurança e melhor qualidade dos grãos;</li><li>• Aumento da competitividade dos produtos;</li><li>• Maior competitividade, competição, e melhor mecanismo de fixação de preços;</li><li>• Acesso a instrumentos de gestão de riscos de flutuação de preços;</li><li>• Acesso a crédito e maior nível de investimento</li><li>• Maior mercado (nacional, regional e global);</li><li>• Maior oferta de excedentes e serviços relacionados;</li><li>• Maiores níveis de rendimentos</li></ul>
---	---

Fonte: Adaptação do autor a partir da BMM (2015)

### 5.6. RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO E DA INTERVENÇÃO DA BMM

#### 5.6.1. Hiato de Recursos

Conforme explicado na secção acima, o governo chamou a si o papel de investir na expansão da capacidade de armazenamento e ainda na organização do mercado grossista da comercialização agrícola. Esta decisão resulta do reconhecimento da importância que o setor da agricultura tem na estrutura económica do país, por um lado, e o papel do Estado na correção de falhas de mercado, no caso concreto em análise, a “incapacidade” das forças de mercado livre realizarem investimentos estruturantes na agricultura dado que consideram atividade de grande risco, a acrescer ao elevado custo de transacção no setor.

Para os primeiros quatro anos (2012 – 2015) previstos para a instalação da BMM, o governo projetava necessidades financeiras de cerca de USD 60 milhões.<sup>9</sup> (Tabelas 10 e 11, Anexo). Esta verba seria apenas para a implantação operacional da BMM, incluindo a gestão dos complexos de silos e armazéns, sem incluir o montante gasto na

<sup>9</sup>De acordo com documentos internos do MIC e da BMM, este valor pode ser revisto para cerca de pouco mais de metade tomando em conta que quase metade dos complexos de silos que estavam previstos no projeto de construção não foram concretizados.

---

construção de silos e armazéns. A construção da maior parte destes complexos ocorreu de 2008 a 2012 (embora até 2015 alguns estivessem em fase de conclusão). Como foi explicado em secções anteriores, na conceção destes complexos não estava contemplada a ideia da criação da BMM. Mas uma vez concebida a ideia da BMM, e existindo os complexos de silos e armazéns públicos, acoplou-se a estes o conceito dos CDs. Assim, para a operacionalização desta última componente, a BMM estima necessidades financeiras adicionais de cerca de \$ 5 milhões, valor que inclui uma subcomponente ligada a um Fundo de Garantia destinado a baixar o custo de crédito<sup>10</sup>, para além da instalação de uma infraestrutura de rede para interligar os complexos de silos públicos e privados a uma central de controlo e gestão de existências (i.e., *stocks*).<sup>11</sup>

Com o início efetivo das atividades da BMM, em 2013 (embora a realização de despesa tenha iniciado em 2014), a realidade se mostrou muito diferente das projeções. O hiato de recursos desde o início foi enorme, tendo continuado a crescer. Em 2013, contra uma previsão do projeto de cerca de \$ 20 milhões (podendo ser ajustado para metade por diversos incumprimentos de componentes do plano), a BMM beneficiou-se de uma verba de pouco menos de \$ 2 milhões (Tabela 13, Anexo). Para o período 2013 – 2017, o orçamento acumulado alocado a BMM foi de \$ 11 milhões, portanto muito longe dos \$ 30 – 60 milhões que estavam previstos para o período comparativamente menor de 2012 – 2015.

Fica claro que os desembolsos da DANIDA (\$ 450 mil) e do PMA (\$ 120 mil) mostram-se insignificantes perante este cenário. A não intervenção de organizações de peso como a USAID, UE, BAD (e provavelmente outros) que historicamente têm dado forte apoio a iniciativas similares em outros países africanos (e.g. ECX e ACE) não favorece as aspirações do projeto “BMM”.

Neste momento, por mais vontade que as autoridades governamentais tenham em continuar a realizar investimentos públicos, a sua materialização é dificultada pela exiguidade de recursos financeiros. Conforme mencionamos ao fazer a descrição da situação económica actual, Moçambique passou de um país altamente dependente da

---

<sup>10</sup>Atualmente, a taxa de juro comercial é de cerca de 28%, mas a BMM calcula que o ideal para a comercialização agrícola e atividades afins deveria estar a volta de 10% ou menos.

<sup>11</sup> A semelhança do que acontece com a maior parte da informação deste capítulo, os dados quantitativos e qualitativos resultam de entrevistas e esclarecimentos dados pelos informantes-chave da BMM, para além da consulta de documentos internos não publicados da BMM e do MIC.



---

ajuda externa e do crédito internacional para um país que deve sobreviver dos seus poucos recursos internos provenientes de uma base bastante pequena de receitas públicas. Por esta razão, a maior parte das empresas públicas (e.g. nas áreas de transporte aéreo, de transporte urbano de passageiros, água e energia, entre outros), estão com situações financeiras precárias, por causa da sua dependência ao apoio do orçamento público. Por conseguinte, somente projectos que gerem receitas suficientes, ou, que tendo pontencial conseguem mobilizar crédito, não estão a ser escrutinados para serem intervencionadas. Em muitos casos, fala-se de constituição de parcerias público-privadas e atração de parceiros internacionais nas estruturas acionistas.

Embora não impossibilitando a nossa avaliação dos resultados alcançados, este cenário, no mínimo, dificulta a formulação de ilações conclusivas. Antes pelo contrário, propicia a formulação de mais perguntas sobre o que seria do projeto caso diversas variáveis previstas tivessem levado o curso normal. A título de exemplo, este poderia ser o caso relativamente aos níveis de investimentos previstos, das atividades não executadas porque as decisões políticas previsíveis não tiveram lugar<sup>12</sup>, entre outras considerações.

### **5.6.2. Realizações**

Concetualmente, as realizações da BMM podem ser avaliadas em termos das suas atribuições estatutárias, dos processos para a realização dos resultados esperados, do alcance ou não dos próprios resultados esperados, e dos impactos de tais resultados sobre o público-alvo. No que se segue, procurar-se-á dar uma modesta contribuição relativamente a estes aspetos, reconhecendo a limitação que pelas razões que foram explicadas ao longo dos argumentos neste capítulo bem como na parte introdutória. Antes, porém, importa realçar que as realizações são limitadas, em face das dificuldades de afirmação que a BMM enfrenta no mercado, sobretudo no que diz respeito ao acesso de recursos e a adaptação a um ambiente político e económico em mudanças rápidas (conforme mencionado em seções anteriores).

Quanto às atribuições estatutárias da BMM, pode se realçar a manutenção de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compra e venda, leilões

---

<sup>12</sup>Apresentar-se-á uma discussão sobre este assunto mais adiante, atinente o quadro regulatório requerido para a operacionalização plena das atividades bolsistas da BMM.

---

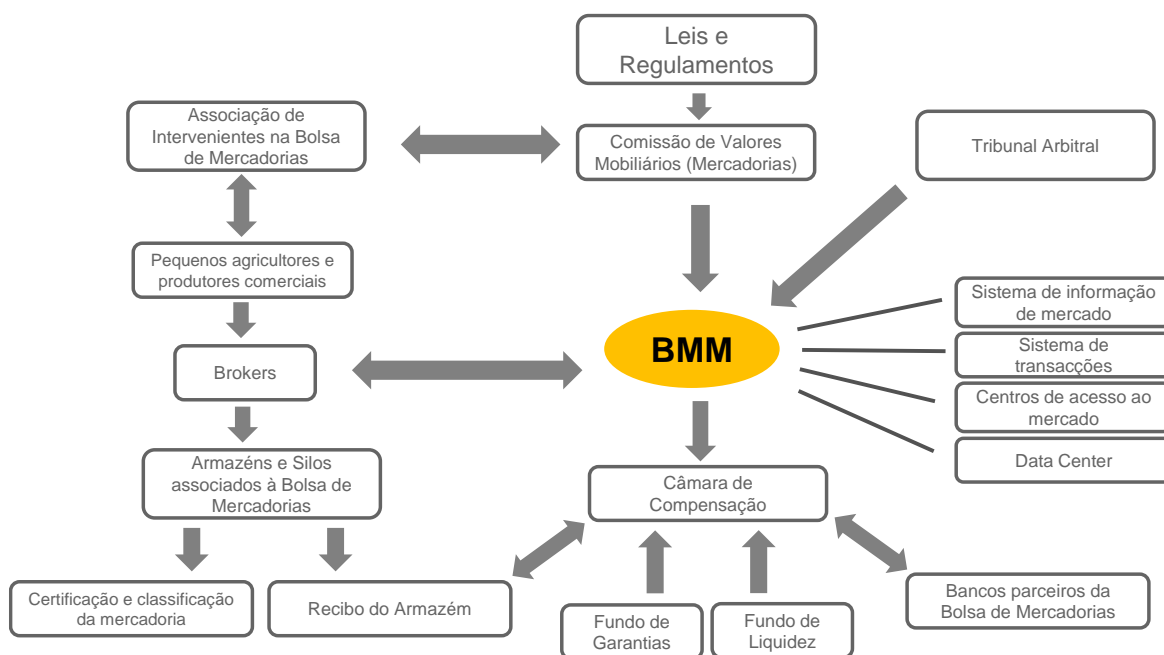
e operações especiais, a prestação de serviços de registo, compensação e liquidação física e financeira, nos termos dos seus próprios regulamentos, para além da gestão e provisão de infraestruturas e serviços de armazenagem de mercadorias agrícolas com CD. Para estes propósitos, a BMM está distante do que se lhes espera. Os sistemas adequados não existem e não foram mobilizados recursos para o efeito, e não parece haver garantia a curto prazo. A BMM reclama a falta de uma plataforma eletrónica que ligue os vendedores aos compradores. Esta plataforma deveria estar ligada a um sistema de rede, ligando a BMM a bancos, centros de armazenamento, salas de leilões e corretores de bolsa, com um custo adicional aquém das possibilidades orçamentais correntes. A BMM deveria possuir uma central de liquidação própria, ligada a bancos. Contudo, neste momento a compensação e liquidação física e financeira é adaptada ao sistema de administração das finanças públicas. Quando há um comprador interessado em executar uma compra via BMM, o processo envolve a ida ao banco, para depositar os valores na conta do Tesouro público. Alternativamente, pode-se passar um cheque a favor da BMM, que deve ser canalizado primeiramente à Conta do Tesouro. Por esta via, a transmissão das receitas consignadas não é imediata, podendo ser efetivada no ano seguinte, por via do orçamento público alocado a instituição. Portanto, os mecanismos internos e inter-institucionais não são os comuns e existentes em bolsas similares, e não permitem maior autonomia administrativa e financeira da BMM. Ademais, o processo de produção e aprovação de regulamentos é altamente centralizado, passando por vários níveis decisórios, tanto de base (e.g. Conselhos Técnicos) como do topo (e.g. Conselhos Consultivos de Directores e de nível ministerial). O processo de aprovação, por exemplo, de uma simples mudança de taxa cobrada ou de comissão de transação, acaba sendo bastante lento, o que atrasa todo o processo de crescimento e desenvolvimento institucional e dos negócios.

Sendo a BMM uma instituição autorreguladora (pois faz as propostas de regulamentos), para além de ter autonomia financeira e administrativa (definidas estatutariamente), deveria ter a maior parte da regulamentação pronta e aprovada. Isto permitiria que ela partisse em busca de recursos para o seu pleno funcionamento. Contudo, na prática, o processo é lento e não funciona conforme o que está escrito. Por exemplo, embora o Plano Estratégico da BMM preveja a estrutura de funcionamento ilustrada na Figura 5 (que se segue), no lugar de haver uma Comissão de Valores Mobiliários, que deveria zelar pela produção dos regulamentos, verifica-se uma subordinação directa ao MIC e,

consequentemente, aos Conselhos Técnico e Consultivos daquele Ministério. Como mostra o Quadro 6 (em Anexo), a subordinação aos Ministros que tutelam as áreas de Comércio e de Economia e Finança, no lugar de ter uma Comissão de Valores independente, expõe a BMM à dificuldades acrescidas no que respeita a produção da regulamentação requerida.

Por fim, por se tratar de matéria de gestão, relativamente às competências da componente de armazenamento e emissão de certificados de depósito, enquadrámos a análise na seção que se segue sobre os resultados de processo. Antes, porém, esclarecer que os argumentos da seção anterior mostram claramente que, na atual conjuntura, não existem condições na BMM para a provisão (entenda-se como expansão da capacidade) de infraestruturas de armazenamento.

**Figura 5: Estrutura Corporativa da BMM**



Fonte: BMM, Plano Estratégico (2015 – 2019).

Quanto aos processos, desde a organização interna até às questões processuais e burocráticas, a BMM logrou alcançar resultados vistosos, embora com alguns elementos que minam o progresso eficiente da própria instituição. Nota-se, logo à primeira vista, que a estrutura orgânica da BMM, embora funcional, não é eficiente. O peso dos custos com pessoal (cerca de 70% da dotação orçamental anual) é deveras desproporcional

---

com o resto das necessidades de despesas (vide ANEXO, Tabela 13).<sup>13</sup> Por exemplo, de entre as várias rúbricas remanescentes, está a componente de gestão dos complexos de silos. Com esta estrutura de custos, torna-se fácil compreender que a fonte primária de recursos que alimenta as atividades bolsistas é subfinanciada, o que irá refletir em disponibilidade limitada de mercadorias em volumes significativos para as trocas bolsistas. Como veremos mais adiante, os resultados sobre o volume de transações confirmam as nossas suspeitas. Contudo, se nos parece não haver distribuição eficiente dos recursos, o mesmo não se pode dizer da eficácia da estrutura. Com efeito, em curto espaço de tempo (2014), a BMM montou uma estrutura interna funcional, que foi capaz de executar todas as tarefas departamentais, tendo produzido documentos e processos que põe a BMM a funcionar internamente e nas suas relações com o exterior. As diversas formações no exterior, em bolsas congéneres (Turquia, Etiópia, Brasil, Malawi, África do Sul, Inglaterra, Itália, Índia e Israel) terão ajudado nesta área. Não obstante, a infraestrutura técnica carece de recursos para complementar a capacidade demonstrada dos recursos humanos.

Normalmente, nas instituições públicas em Moçambique, a média de execução orçamental é de cerca de 80% do orçamento alocado. No caso da BMM, este indicador atinge 100% em quase todos os períodos. Isto não pode ser compreendido como sendo ato de uma maior eficiência. Pelo contrário, é sinal de atribuição de orçamento que não chega para financiar as suas necessidades, muito menos realizar investimentos, pois a rúbrica de capitais é suficiente somente para a realização de pequenas reparações.

Por último, a lista dos processos que conduzem a obtenção dos resultados esperados, é enorme é registada nos chamados Planos Anuais de Atividades e Orçamento (PAAOs), na linguagem da administração pública moçambicana. Entre as atividades mais importantes, pode-se destacar o processo de gestão rotineira dos silos, os acordos com instituições de fora (e.g. bancos, corretores, etc.), para a materialização de serviços prestados pela BMM (e.g. emissão de CDs, corretagem, etc.), a operacionalização de

---

<sup>13</sup> A BMM possui 96 funcionários públicos. Dada a dualidade de leis laborais aplicáveis na instituição, o pessoal e seus salários são regidos pela lei laboral aplicável ao setor privado e os níveis de remunerações são competitivos sob padrões deste setor, estando muito acima da média do setor público, para funções e categorias equiparáveis. Pouco mais de metade dos funcionários estão na sede, e cerca de 80% dos 45 afetos aos complexos de silos e armazéns são guardas (que pelos padrões nacionais, são bem pagos). Excluindo o Conselho de Administração (que conta com um presidente e quatro administradores – dois dos quais não executivos e sem funções ativas na instituição), há onze cargos de chefia, entre Direções e Departamentos (30%).

pacotes informáticos relevantes, serviços logísticos de natureza diversa, por aí em diante.

Os processos acima mencionados concorrem para a materialização de resultados esperados concretos, nomeadamente, a mobilização de volumes de excedentes para o armazenamento e conservação nos complexos de silos e armazéns; emissão de certificados de depósito reconhecidos no mercado como um instrumento válido como garantia (i.e. colateral) para efeitos de obtenção de crédito; a divulgação de informação de mercado; a intermediação de mercadorias por via de plataforma eletrónica ou leilões presenciais. Aqui, também pode-se ter em conta resultados intermediários tais como a angariação e registo de corretores, para além de trabalhos de educação e sensibilização dos intervenientes, entre outros, que não são levados em conta neste Estudo. Sendo variáveis que envolvem quantidades, apresentamos, em seguida, tabelas seguidas de breves interpretações das variáveis disponíveis.

**Tabela 4: Mercadoria Armazenadas pela BMM (por produto e por complexo de silos, 2014 – Junho de 2018)**

PRODUTO	2014	2015	2016	2017	Junho 2018	2014-2018
Milho		573.82	6,841.12	12,448.53	936.77	<b>20,800.24</b>
Mapira				510.00		<b>510.00</b>
Feijão Boer			227.80	2,506.56	279.99	<b>3,014.35</b>
Feijão Nhemba			23.53	531.24		<b>554.77</b>
Feijão Catarina					10.00	<b>10.00</b>
Feijão Holoco			1.49			<b>1.49</b>
Feijão Manteiga				1,507.59		<b>1,507.59</b>
Feijão Cute					1.00	<b>1.00</b>
Amendoim				1.41		<b>1.41</b>
Gergelim		21.95	27.50	21.15		<b>70.60</b>
Soja	1,180.00	536.63	399.74	1,306.69	174.14	<b>3,597.20</b>
Mandioca Seca			39.97	6.89	17.25	<b>64.11</b>
Arroz			366.50	60.00		<b>426.50</b>
Castanha de Cajú			4.13			<b>4.13</b>
<b>Total</b>	<b>1,180.00</b>	<b>1,132.40</b>	<b>7,931.78</b>	<b>18,900.06</b>	<b>1,419.15</b>	<b>30,563.39</b>
<b>Localização do Complexo</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2014-2018</b>
Nhamatanda	-	55.61	537.27	6,204.38	376.12	<b>7,173.37</b>
Gorongosa	-	122.60	161.82	389.90	6.75	<b>681.07</b>
Malema	-	172.91	2,207.72	3,094.29	9.15	<b>5,484.07</b>
Mugema	-	-	85.05	673.76	-	<b>758.81</b>

Ulóguè	-	130.81	2,841.69	5,106.38	948.01	<b>9,026.89</b>
Nanjua	-	142.68	454.21	1,751.35	22.40	<b>2,370.64</b>
Lichinga	1,180.00	507.79	1,368.03	1,620.00	56.72	<b>4,732.54</b>
Chokwé	-	-	276.00	60.00	-	<b>336.00</b>
<b>Total</b>	<b>1,180.00</b>	<b>1,132.40</b>	<b>7,931.78</b>	<b>18,900.06</b>	<b>1,419.15</b>	<b>30,563.39</b>

Fonte: Adaptação do autor baseada nas entrevistas á BMM

A Tabela 4 mostra uma tendência de evolução positiva tanto em termos de quantidades globais armazenadas pela BMM como as que consegue intermediar a sua venda. Os dados de 2018 são preliminares, prevendo-se a sua rápida subida na partir de Agosto, por se tratar da época em que a comercialização atinge o seu pico. Em termos de intermediação, foram realizadas cerca de 375 em 2016 e um pouco mais em 2017. Na maior parte dos casos, os donos das mercadorias armazenadas encontram compradores ou dão outro fim as suas mercadorias e levantam-nas dos silos ou armazéns.

Não obstante a tendência crescente de mercadorias manuseadas pela BMM, os níveis conseguidos estão muito longe da capacidade instalada em toneladas métricas, conforme mostra o Quadro 5 seguinte.

#### **Quadro 5: Silos e Armazéns sob Gestão da BMM, Localização e Capacidade**



Localização dos Silos e Armazéns			Capacidade de Armazenamento (mil Ton)	
Província	Distrito	Localidade	Silos	Armazéns
Niassa	Lichinga	Lichinga	5	-
C. Delgado	Ancuabe	Nanjua	3	3
Zambézia	Alto Molocue	Mugema	3	5
Zambézia	Milange	Milange	5	5.3
Nampula	Malema	Malema	3	5
Tete	Angonia	Ulongue	5	5
Sofala	Nhamatanda	Nhamatanda	3	3
Sofala	Gorongosa	Gorongosa	3	5
Chokwe (CAIC)				3
<b>Capacidades Total</b>			<b>30</b>	<b>34.3</b>

Fonte: BMM

A Tabela 5 mostra a evolução de número de depositantes e de certificados de depósito emitidos. A tendência é ascendente, embora os dados de 2017 não estejam atualizados, refletindo dados de agosto, altura em que as operações de receção de mercadorias e emissão de CDs são escassas (o pico atinge-se no último quarto do ano).

**Tabela 5: Número de Depositantes, Certificados Emitidos e Operações Intermediadas**

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
<b>Utentes/Depositantes de mercadorias</b>	1	16	69	18		<b>104</b>
Certificados de Depósito emitidos			16	115	14	<b>146</b>
CDs que acederam a crédito			1	10		<b>11</b>
<b>Operações/transações intermediadas</b>			107	5		<b>112</b>
Das quais, Leilões			-	-		<b>-</b>

Fonte: BMM

A nível político, as realizações da BMM sempre estiveram longe de atingir as metas concordadas com o Governo. Desde 2015 que as metas fixadas para a receção e armazenamento de mercadorias pela BMM são fixadas para uma média de 12 mil toneladas. Contudo, conforme ilustrado anteriormente na Tabela 5, os resultados sempre ficaram muito abaixo das metas. A exceção poderá ser o ano de 2017, mercê do ajuste para baixo na meta, por um lado, e a boa colheita agrícola registada, tida como das melhores nos últimos 10 anos. As outras medidas de controlo de desempenho da BMM pelo governo dizem respeito ao número de intermediações realizadas. Os dados mostram que esta é a pior variável em termos de desempenho, com níveis muito abaixo para padrões de mercados bolsistas.

À exceção dos resultados muito abaixo das capacidades e das metas, a BMM tem um registo notório na sua intervenção piloto na comercialização do arroz numa das regiões produtoras do Sul do país. Com efeito, embora sendo uma intervenção *had hoc* encomendada à última hora pelo governo e sem qualquer planificação prévia, e com volumes baixos comparativamente aos padrões internacionais (e até mesmo a nível interno), a intermediação da BMM para a receção de arroz em casca e posterior processamento para posterior colocação no mercado, rendeu lucros significativos para os produtores, com margens de lucro líquido perto de 50% (conforme ilustra a Tabela 6 seguinte). A inovação aqui foi permitir que os produtores não vendessem o arroz em casca. A BMM recebeu e armazenou o arroz em casca, emitiu certificados de depósito (embora nenhum dos produtores tenha procurado obter crédito por intermédio destes), e intermediou o seu processamento e posterior colocação no mercado de consumo final.

**Tabela 6: Apregoações por Oferta Realizadas pela BMM em Chòckwé**

Produtos	Arroz inteiro	Trinca	Móinha	Farelo
Quantidades Negociadas	137.751,70	23.050,44	11.700,00	16.080,00
Médias (Kg)	13.775,17	5.762,61	3.900,00	5.360,00
Preço médio (Mts/kg)	32,50	20	15	4
Número de Transações	10	4	3	3
Valor Transacionado (Mts)	4.652.852,85	463.889,90	176.596,88	64.716,57
<b>Total Transacionado</b>	<b>5.358.056,20 (+87% bruto, 49% líquido)</b>			
<b>Valor do Arroz com Casca</b>	<b>2.853.880 Mts (Preço de Venda: 10.0)</b>			

Fonte: BMM



---

## CAPÍTULO VI


### CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA

Esta dissertação procurou olhar para a economia moçambicana com foco específico na contribuição potencial da Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) no processo de comercialização agrícola. A BMM é um projeto novo em Moçambique, mas, na região austral e no continente africano, já existem bolsas instaladas em alguns países.

A criação da BMM foi motivada pelo facto do país ser dependente da agricultura na sua estrutura produtiva, e pelo facto deste setor albergar mais de 80% da população nas áreas rurais. Assim, a expectativa é que a BMM contribua para o desenvolvimento da agricultura, com realce para o apoio aos pequenos e médios agricultores na provisão de infraestruturas de armazenamento e mercados.

Com recurso a métodos qualitativos de busca e análise de dados na literatura, bem como de informação recolhida de entrevistas, este trabalho procurou responder se a implantação da BMM tem com condições para lograr sucesso, e o que poderia constituir desafios nessa caminhada. Da análise, concluiu-se que embora a BMM seja uma necessidade quase imperiosa para organizar o mercado da comercialização agrícola, constrangimentos conjunturais complicaram a materialização do plano da sua implantação efetiva. Com efeito, após a sua criação, em 2012, previa-se um financiamento adequado, tanto em termos financeiros como materiais e humanos. Contudo, quando em 2015 surgiu o problema das “dívidas públicas ocultas”, este plano de financiamento não mais se materializou. O governo está com dificuldades de mobilizar recursos para financiar o seu orçamento, daí que pareça, na prática, que muitos projectos públicos estejam a ser negligenciados. Não obstante estas dificuldades, a BMM, a par de muitas instituições públicas, têm mostrado resiliência. Como prova, e no caso concreto da BMM, nota-se uma tendência crescente de desempenho, pese embora os volumes de negócios estejam em níveis comparativamente menores aos que se observam em outros países africanos. Mesmo em relação a produção nacional global, o volume que passa pela BMM não representa mais do que 5% na cultura que mais passa pelos seus complexos, o milho.

Por enquanto, as constatações da análise apontam para um horizonte complicado, pois não há indicação de que a crise causada pelas dívidas possa ser ultrapassada a curto



---

ou a médio prazo. Na incerteza, pode se questionar, se mantendo a situação atual, e sabendo que a produção agrícola traz riscos próprios ligados a secas e cheias, a resiliência da BMM será capaz de prevalecer até que os problemas financeiros sejam ultrapassados. Por agora, a BMM é inteiramente dependente do Orçamento do Estado, não tendo perspectiva, a curto e médio prazo, de ser financeiramente viável.

Em conclusão, e pelo interesse público do projeto, pode-se afirmar que a aposta de continuidade do governo é acertada, uma vez que com a crise, a BMM serve de veículo para aliviar os pequenos produtores de possíveis falências.

A nossa recomendação, em face das constatações, é de que a BMM deve continuar a oferecer o serviço de armazenamento com CD, podendo aceitar ela mesmo os parceiros privados, na sua estrutura. Essas parcerias podem ser configuradas de tal modo que o papel do Estado de facilitador, sobretudo para as camadas mais vulneráveis, como são os pequenos produtores, possa ser continuado.

Dito isto, e relativamente às nossas hipóteses, esta dissertação não valida ainda a ideia de que a introdução de complexos de armazenamento como parte integrante da BMM cria condições favoráveis ao aumento de volumes de produção, embora, conceptualmente, o modelo preveja um conjunto significativo de incentivos de mercado para os pequenos produtores. De igual modo, não se valida, em termos práticos, a hipótese de que as introduções de CD reduzem os riscos da atividade agrícola em Moçambique, pois o seu alcance é demasiado limitado e insignificante na atual conjuntura.

Concluiu-se, assim, que a BMM não regista impacto significativo tanto na dinâmica do comércio interno como nas exportações, mas serve de almofada para acomodar o interesse dos pequenos produtores, mesmo que em escala menor. Quanto à possível inferência futura, os elementos presentes não permitem pressagiar um futuro auspicioso para a BMM, havendo fortes possibilidades de abertura da sua atual estrutura para uma forma de entrada de capital privado, conforme indicado anteriormente.

---

## REFERÊNCIAS

- Baffes, John (2011): *Commodity futures exchanges: Historical evolution and new realities*. Disponível em <http://www.agriskmanagementforum.org/content/commodity-futures-exchanges-historical-evolution-and-new-realities>
- Black, D. (1986). Success and failure of futures contracts: Theory and empirical evidence. Monograph Series in *Finance and Economics* 86-1. New York: New York University.
- Bolsa de Mercadorias de Moçambique (2015): *Projeto de Cooperação com a FSDMoc para o Financiamento dos Certificados de Depósito*. Documento não publicado.
- BPI (2016): *Moçambique – Estudos Económicos Financeiros*. <http://www.bancobpi.pt/grupo-bpi/estudos-e-mercados/mocambique>.
- Coulter J. and Onumah G. (2001): *The Impact of Government Policy and Regulation on the Effectiveness of Warehouse Receipt Systems: The Case of Africa*. Paper presented at Workshop on Warehouse Receipt Financing: making the difficult deals easier and more profitable, Amsterdam, July 9-11, 2001
- De Vlatteer, Fion (2014). In J Coulter Consulting Ltd and Sullivan & Worcester UK LLP (2014): *Study on appropriate warehousing and collateral management systems in sub-Saharan Africa and Madagascar – Mozambique Case Study*. Value Chains and Trade. AFD, CTA and IFAD 2015.
- FMI/WEO (2018): Base de dados do Fundo Monetário Internacional: Perspetivas Económicas Mundiais. Extraído a partir de: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>
- Governo de Moçambique (2014): Decreto 100/2014 de dezembro de 2014. Boletim da República, I Serie no. 105. Maputo.
- Governo de Moçambique (2013): *Coordenação e Eficácia da Ajuda em Moçambique*. 3ª. Edição. Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

---

Governo de Moçambique (2012a): *Decreto Ministerial 32/2012, de 17 de outubro de 2012*, Boletim da República (BR) no. 42, I Série. Maputo.

Governo de Moçambique (2012b): *Documento Conceptual da Implementação da Bolsa de Mercadorias de Moçambique*. Ministério da Indústria e Comércio, setembro de 2012, Maputo.

Governo de Moçambique (2011a): *Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*, Maputo.

Governo de Moçambique (2011b): *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) 2011-2020*, Maputo.

Governo de Moçambique (2011c): *Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA 2013 - 2017)*. Ministério da Agricultura.

Governo de Moçambique (2008): *Plano de Ação para a Produção de Alimentos*. Ministério da Agricultura. Maputo.

Governo de Moçambique (2007): *Estratégia da Revolução Verde em Moçambique*. Documento aprovado na XXVI Sessão do Conselho De Ministros do dia 2 de outubro de 2007. Maputo.

Governo de Moçambique (2004): *Constituição da República de Moçambique*. Maputo.

Hathaway K (2007). *The potential effects of government intervention in a market economy*. United States Agency for International Development (USAID) report for the Government of India. Disponível em <http://www.fmi-inc.net/news/pdfs/EffectsGovtIntervention.pdf>

Harugo, W. N. (2011): *Quénia Agricultural Commodity Exchange*. UNDP Report. New York, USA. Quénia Agricultural Commodity Exchange, [www.kecekenya.com/](http://www.kecekenya.com/) 2012.

Instituto Nacional de Estatísticas (2017): *Produto Interno Bruto*. [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz)

---

International Business Times (2012): *History of Commodity Trading*. February 02, 2012.

Extraído de <http://www.nasdaq.com/article/commodity-trading-chapter-1-history-of-commodity-trading-cm118267#ixzz3r5eGhmiU>, aos 10 de outubro de 2015.

International Organization of Securities Commissions (2003). *Objectives and principles of securities regulation*. Disponível em <http://www.iosco.org>

Jayne T.S., Chris Sturgess, Ron Kopicki and Nicholas Sitko (2014): *Agricultural Commodity Exchanges and the Development of Grain Markets and Trade in Africa: A Review of Recent Experience*. Working Paper No. 88 October 2014 Indaba Agricultural Policy Research Institute (IAPRI).

Kozár, László (2004): *The role of public warehousing and the commodity exchange in the Hungarian grain market*. University of Debrecen: PhD Thesis.

Laibuni, Nancy; Moses Njenga, Benson Kiriga, John Omiti and Moses Ikiara (2012): *Is there need for an East African commodity exchange?* May 2012.

Mambo, Félix; Yonesse Paris; Vincenzo Salvucci e Ricardo Santos (2017): Efeito da crise de 2015-16 sobre consumo real e pobreza dos agregados familiares em Moçambique. Maputo (<https://www.wider.unu.edu/event/poverty-and-inequality-mozambique-what-stake>).

Nordier, Almarie (2013): *The role of a warehouse receipt system: A case study of the Malawian Agricultural Commodity Exchange*. MSc Thesis: Faculty of Natural and Agricultural Science. University of Pretoria.

Ricardo, David (1817): *On the Principles of Political Economy and Taxation* (1 ed.), London: John Murray.

Smith, Adam (1776): *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Edwin Cannan, ed. 1904. Library of Economics and Liberty.

Shahidur Rashid, Alex Winter-Nelson, and Philip Garcia (2010): *Purpose and Potential for Commodity Exchanges in African Economies*. Paper prepared for the Fourth African Agricultural Markets Program Policy Symposium, organized by the Alliance

---

for Commodity Trade in Eastern and Southern Africa (ACTESA) of the Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA). September 6-7, 2010, Lilongwe, Malawi.

Šicel, Mladen (2009): *Development of commodity exchange in Croatia. Applied Studies In Agribusiness And Commerce*. Vol. 3. Numbers 1–2. 2009. Agroinform Publishing House, Budapest.

Sitko, N. J., Jayne T.S. (2011): *Constraints to the development of commodity exchanges in Africa: A case study of ZAMACE*. FSRP Working Paper No 53, Lusaka, Zambia.

Towo, Nathaniel N. Towo and Prosper J. Kimaro (2013): *Warehouse Receipt System: A Solution towards Smallholder Farmers Financial Constraints*. Moshi University College of Cooperative and Business Studies - MUCCoBS - Working Papers

UNCTAD (2009): *Development Impacts of Commodity Exchanged in Emerging markets*. New York and Geneva. United National Conference on Trade and Development.

União Europeia (2015): *República de Moçambique – Programa Nacional Indicativo 2014 – 2020*.

USAID (2012): *Warehouse Receipt System*. COMPETE Knowledge Management Technical Bulletin – WRS. East Africa Trade Hub.

Zacarias, Almeida and Dirk Esterhuizen (2015): *Mozambique – Agricultural Economic Fact Sheet*. USDA/GAIN.

#### **LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS / CONSULTADAS**

João, Eduardo Neves – *Administrador, Bolsa de Mercadorias de Moçambique*

João Macaringue – *Diretor-geral, Instituto de Cereais de Moçambique*

Mafuiane, Susana – *Diretora-adjunta da Direção Nacional do Comércio Interno*

Zandamela, Bernabéu – *Diretor para a Área da Agricultura na Confederação das Associações Económicas de Moçambique, CTA*

---

**Páginas na Internet:**

[http://wiki.advfn.com/pt/Bolsa\\_de\\_Mercadorias](http://wiki.advfn.com/pt/Bolsa_de_Mercadorias); extraído aos 10 de outubro de 2015.

<http://www.nasdaq.com/article/commodity-trading-chapter-1-history-of-commodity-trading-cm118267#ixzz3r5eGhmiU>, aos 10 de outubro de 2015.

## ANEXOS

**Tabela 7: Indicadores Macroeconómicos, por década (projeções de 1980 a 2019)**

Descrição	Unidades	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2019
PIB, Preço Constantes	MZM (10 <sup>6</sup> )	63.0	96.9	220.4	425.6
PIB, Preços Constantes		0.8	7.7	7.7	5.4
PIB, Preços Correntes	MZM (10 <sup>6</sup> )	0.5	26.9	177.4	608.1
PIB, Preços Correntes	USD (10 <sup>6</sup> )	4.1	3.4	7.5	14.0
PIB per capita, P. Corr.	MZM	41.1	1611.2	8278.3	21560.7
PIB per capita, P. Corr.	USD	316.3	217.3	351.0	507.4
Investimento Total	% do PIB	23.9	29.0	22.5	47.4
Poupança Nacional Bruta	% do PIB	12.7	19.0	12.0	17.2
Inflação	Δ%	41.8	33.5	10.6	8.1
Importações Totais	Δ% (Vol.)	2.5	7.1	6.6	13.3
Importações de Bens	Δ% (Vol.)	2.6	6.3	8.0	12.7
Exportações Totais	Δ% (Vol.)	-7.7	13.9	12.0	8.3
Exportação de Bens	Δ% (Vol.)	-9.6	13.5	19.6	9.0
Receita Total	MZM (10 <sup>6</sup> )	0.1	4.8	36.3	161.6
Receita Total	% do PIB	14.7	18.8	19.9	27.1
Despesa Total	MZM (10 <sup>6</sup> )	0.1	5.3	42.2	203.3
Despesa Total	% do PIB	21.7	21.4	23.2	33.4
Empréstimo Líquido	MZM (10 <sup>6</sup> )	0.0	-0.5	-5.9	-41.7
Empréstimo Líquido	% do PIB	-7.0	-2.6	-3.3	-6.3
Empréstimo Líquido Primário	MZM (10 <sup>6</sup> )	0.0	-0.2	-4.8	-24.7
Empréstimo Líquido Primário	% do PIB	-6.5	-1.3	-2.7	-4.1
Dívida Pública Bruta	MZM (10 <sup>6</sup> )	nd	76.0	101.6	528.6
Dívida Pública Bruta	% do PIB	nd	115.9	68.3	77.3
Saldo da Conta Corrente	USD (10 <sup>6</sup> )	-0.4	-0.6	-0.8	-4.7
Saldo da Conta Corrente	% do PIB	-10.5	-18.4	-11.7	-32.4

Fonte: FMI/WEO 2018



**Tabela 8: Indicadores Macroeconômicos, por ano (projeções de 2010 a 2017)**

Descrição	Unidades	2010-2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB, Preço Constantes	MZM (10 <sup>6</sup> )	406.4	320.4	343.2	367.9	394.1	423.5	451.4	468.4	482.2
PIB, Preços Constantes		6.1	6.7	7.1	7.2	7.1	7.4	6.6	3.8	3.0
PIB, Preços Correntes	MZM (10 <sup>6</sup> )	532.1	344.8	381.7	433.1	482.2	531.8	591.7	689.2	802.5
PIB, Preços Correntes	USD (10 <sup>6</sup> )	13.8	10.5	13.1	15.2	16.0	16.9	14.8	11.3	12.7
PIB per capita, P. Corr.	MZM	1953.9	14178	15257	16831	18220	19539	21148	23971	27168
PIB per capita, P. Corr.	USD	515.0	429.9	524.9	589.8	605.0	619.9	528.9	392.1	429.3
Investimento Total	% do PIB	41.6	18.3	25.7	47.4	54.5	55.4	45.3	42.7	44.0
Poupança Nacional Bruta	% do PIB	11.6	8.1	4.4	14.9	11.5	17.2	5.0	3.4	27.9
Inflação	Δ%	8.6	12.7	10.4	2.1	4.2	2.3	2.4	19.2	15.3
Importações Totais	Δ% (Vol.)	8.7	-4.8	45.5	63.8	8.2	-2.6	-1.9	-19.4	-19.2
Importações de Bens	Δ% (Vol.)	7.3	-7.6	38.0	48.2	18.8	-2.3	-0.1	-33.4	-3.2
Exportações Totais	Δ% (Vol.)	8.0	-26.1	20.2	46.5	5.7	2.2	3.3	-4.6	16.4
Exportação de Bens	Δ% (Vol.)	8.8	-14.1	18.9	35.8	10.2	-0.3	1.1	2.1	16.6
Receita Total	MZM (10 <sup>6</sup> )	148.9	90.0	104.4	116.8	151.4	169.1	166.0	180.1	213.7
Receita Total	% do PIB	28.1	26.1	27.3	27.0	31.4	31.8	28.1	26.1	26.6
Despesa Total	MZM (10 <sup>6</sup> )	179.9	103.2	122.8	133.6	164.7	226.1	208.5	223.1	257.6
Despesa Total	% do PIB	33.7	29.9	32.2	30.8	34.1	42.5	35.2	32.4	32.1
Empréstimo Líquido	MZM (10 <sup>6</sup> )	-31.0	-13.2	-18.4	-16.8	-13.2	-57.0	-42.5	-43.0	-43.9
Empréstimo Líquido	% do PIB	-5.6	-3.8	-4.8	-3.9	-2.7	-10.7	-7.2	-6.2	-5.5
Empréstimo Líquido Primário	MZM (10 <sup>6</sup> )	-21.3	-10.5	-14.8	-12.7	-9.3	-51.3	-34.9	-22.8	-14.1
Empréstimo Líquido Primário	% do PIB	-4.0	-3.1	-3.9	-2.9	-1.9	-9.6	-5.9	-3.3	-1.8
Dívida Pública Bruta	MZM (10 <sup>6</sup> )	402.1	149.4	145.1	173.7	256.2	331.7	521.4	818.5	820.5
Dívida Pública Bruta	% do PIB	68.3	43.3	38.0	40.1	53.1	62.4	88.1	118.8	102.2
Saldo da Conta Corrente	USD (10 <sup>6</sup> )	-4.7	-1.7	-3.3	-6.8	-6.9	-6.4	-6.0	-4.4	-2.0
Saldo da Conta Corrente	% do PIB	-32.9	-16.1	-25.4	-44.7	-42.9	-38.2	-40.3	-39.2	-16.1

Fonte: FMI/WEO 2018

**Tabela 9: Estrutura do Produto Interno Bruto (Preços Constantes, 2009 = 100)**

Ramos de Actividade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca</b>	<b>27.5%</b>	<b>26.7%</b>	<b>25.4%</b>	<b>24.2%</b>	<b>23.4%</b>	<b>22.6%</b>	<b>22.3%</b>
<b>Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura</b>	<b>25.9%</b>	<b>25.1%</b>	<b>23.7%</b>	<b>22.5%</b>	<b>21.8%</b>	<b>21.0%</b>	<b>20.8%</b>
Agricultura	22.1%	21.4%	20.1%	19.1%	18.4%	17.7%	17.5%
Produção Animal	1.8%	1.8%	1.8%	1.6%	1.6%	1.7%	1.6%
SilviCultura	2.0%	1.9%	1.9%	1.8%	1.7%	1.7%	1.6%
Pesca, Aquacultura e atividades dos serviços relacionados	1.6%	1.6%	1.7%	1.7%	1.6%	1.6%	1.6%
<b>Indústrias Extrativas</b>	<b>1.4%</b>	<b>1.7%</b>	<b>2.6%</b>	<b>2.8%</b>	<b>3.2%</b>	<b>3.7%</b>	<b>4.1%</b>
<b>Manufatura</b>	<b>10.7%</b>	<b>10.2%</b>	<b>9.5%</b>	<b>9.3%</b>	<b>8.8%</b>	<b>9.0%</b>	<b>9.0%</b>
<b>Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás</b>	<b>3.0%</b>	<b>2.9%</b>	<b>2.7%</b>	<b>2.7%</b>	<b>2.6%</b>	<b>2.7%</b>	<b>2.6%</b>
<b>Captação, Tratamento e Distribuição de Água</b>	<b>0.2%</b>	<b>0.2%</b>	<b>0.2%</b>	<b>0.2%</b>	<b>0.2%</b>	<b>0.2%</b>	<b>0.2%</b>
<b>Construção</b>	<b>1.9%</b>	<b>2.0%</b>	<b>1.9%</b>	<b>1.9%</b>	<b>2.0%</b>	<b>2.1%</b>	<b>2.0%</b>
<b>Comércio, Reparação de Veículos Automóveis</b>	<b>9.9%</b>	<b>9.8%</b>	<b>10.4%</b>	<b>11.2%</b>	<b>11.4%</b>	<b>11.5%</b>	<b>12.0%</b>
<b>Transportes, Armazenagem</b>	<b>9.1%</b>	<b>8.7%</b>	<b>8.7%</b>	<b>8.7%</b>	<b>8.4%</b>	<b>8.1%</b>	<b>7.8%</b>
<b>Alojamento, Restaurantes e Similares</b>	<b>2.6%</b>	<b>2.6%</b>	<b>2.5%</b>	<b>2.5%</b>	<b>2.4%</b>	<b>2.5%</b>	<b>2.4%</b>
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>3.9%</b>	<b>4.0%</b>	<b>3.9%</b>	<b>4.1%</b>	<b>4.1%</b>	<b>4.2%</b>	<b>4.2%</b>
<b>Atividades Financeiras</b>	<b>3.6%</b>	<b>4.8%</b>	<b>5.0%</b>	<b>5.4%</b>	<b>5.7%</b>	<b>5.7%</b>	<b>5.7%</b>
<b>Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas</b>	<b>7.3%</b>	<b>7.2%</b>	<b>7.2%</b>	<b>7.1%</b>	<b>7.1%</b>	<b>7.2%</b>	<b>6.9%</b>
<b>Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória</b>	<b>4.9%</b>	<b>5.3%</b>	<b>5.6%</b>	<b>5.4%</b>	<b>5.6%</b>	<b>6.0%</b>	<b>5.8%</b>
<b>Educação</b>	<b>6.6%</b>	<b>6.8%</b>	<b>7.2%</b>	<b>7.0%</b>	<b>7.0%</b>	<b>7.0%</b>	<b>7.3%</b>
<b>Saúde e Ação Social</b>	<b>1.6%</b>	<b>1.5%</b>	<b>1.4%</b>	<b>1.3%</b>	<b>1.4%</b>	<b>1.5%</b>	<b>1.5%</b>
<b>Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais</b>	<b>0.9%</b>	<b>0.9%</b>	<b>0.8%</b>	<b>0.8%</b>	<b>0.8%</b>	<b>0.8%</b>	<b>0.8%</b>
SIFIM	-2.0%	-2.5%	-2.5%	-2.8%	-2.5%	-2.9%	-2.9%
<b>Total Valores Acrescentados, preços de base</b>	<b>93.1%</b>	<b>92.7%</b>	<b>92.7%</b>	<b>91.6%</b>	<b>91.6%</b>	<b>91.8%</b>	<b>91.9%</b>
<b>Impostos sobre os Produtos</b>	<b>6.9%</b>	<b>7.3%</b>	<b>7.3%</b>	<b>8.4%</b>	<b>8.4%</b>	<b>8.2%</b>	<b>8.1%</b>
IVA	3.9%	4.1%	4.3%	4.5%	4.6%	4.5%	4.5%
Direitos de Importação	1.4%	1.6%	1.5%	1.8%	1.8%	1.8%	1.7%
Outros Impostos sobre os Produtos	1.5%	1.6%	1.6%	2.1%	2.0%	1.9%	1.9%
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: INE (2017)

**Tabela 10: Previsão orçamental para a instalação da BMM (excluindo gestão de silos e armazéns)**

COMPONENTE		ORÇAMENTO ANUAL				TOTAL
		(Meticais)				
		2012	2013	2014	2015	
1	Assistência Técnica	8,966,800	13,450,200	2,030,000	1,450,000	25,897,000
2	Equipa Nacional	11,646,400	17,400,000	31,900,000	31,900,000	92,846,400
3	Capacitação, Promoção	5,814,500	11,600,000	17,400,000	5,800,000	40,614,500
4	Software	20,082,500	40,165,000	4,016,500	2,677,657	66,941,657
5	Hardware e Rede	29,725,000	59,450,000	5,945,000	3,963,343	99,083,343
6	Instalações Provisórias	4,350,000	15,789,920	15,789,920	0	35,929,840
7	Infraestruturas e Equipamentos	8,700,000	17,400,000	110,200,000	101,500,000	237,800,000
		89,285,200	175,255,120	187,281,420	147,291,000	599,112,740
FONTES (indicativas)	OE		♦	♦	♦	♦
	USAID		♦	♦	♦	♦
	FAN	♦	♦	♦	♦	♦
	PMA	♦	♦	♦	♦	♦
	Outros	♦	♦	♦	♦	♦

Fonte: GdM (2012): Note Conceptual. Anexo 2: BMM, Impacto Orçamental.

**Tabela 11: Impacto Orçamental da Gestão dos Complexos de Silos e Armazéns**

Ord	Descrição	Valor
<b>1</b>	<b>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</b>	<b>169.130,81</b>
	Salários e Remunerações	95.289,64
	Bens e Serviços	53.930,77
	Outras despesas com Bens (material de conservação dos produtos)	19.910,40
<b>2</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>317.128,48</b>
	Camiões	122.400,00
	Viaturas ligeiras	61.200,00
	Tratores e Atrrelados	30.000,00
	Equipamento de armazém	59.528,48
	Manutenção e Reabilitação dos Armazéns	44.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>486.259,29</b>

Fonte: GdM (2012): Note Conceptual. Anexo 2: BMM, Impacto Orçamental.

**Tabela 12: Disponibilidade de Recursos para a BMM e Fontes de Recursos**

ORÇAMENTO DO ESTADO (OE)	2013	2014	2015	2016	2017	ACUMULADO
MZN	58 977 000	80 254 149	140 146 484	126 510 000	66 269 580	405,887,633
USD	1 965 900	2 588 844	3 503 662	2 073 934	1 068 864	11 201 204
Execução	1 769 910	77 491 355	139 984 496	111 621 272	37 122 381	369,989,414
% de Execução	3%	96.6%	99.9%	99.1%	56.0%	91.2%

**Fonte:** Compilação do Autor com base em Relatórios anuais e periódicos da BMM.

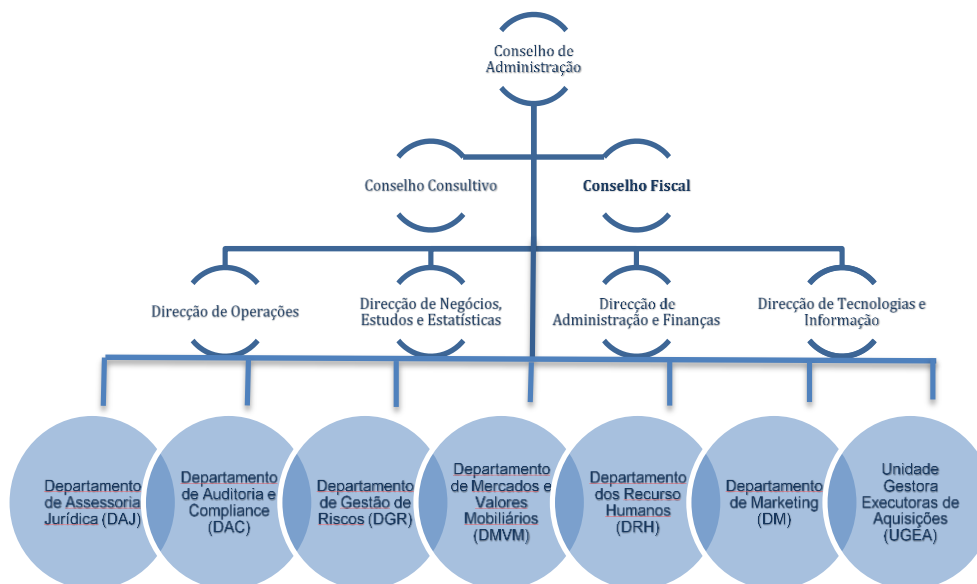
(\*) A dotação não é suficiente para cobrir as despesas da BMM até o final do ano, pelo que se aguarda por reforços do Tesouro; a execução se refere ao período até fim de Junho.

**Tabela 13: Relatório do Orçamento e Execução 2016**

CED	Descrição	Dotação Inicial	Cativo Obrigatório	Dotação Disponibilizado	Revisão/ Reajuste (-)	Reforço (+)	Redistribuição		Nota de Mov. MEF S/ Aut. (-)	Dotação Actualizada	Execução
							Diminuição (+)	Aumento (-)			
111-100	Salários e Remunerações*	5 030 000,00	754 500,00	4 275 500,00	0,00	483 520,00	0,00	0,00	0,00	4 759 020,00	4 759 020,00
111-100	Salários e Remunerações**	70 000 000,00	7 000 000,00	63 000 000,00	21 000 000,00	17 912 910,00	0,00	1 337 361,26	0,00	58 575 548,74	58 566 490,99
112-100	Pessoal Civil	9 500 000,00	950 000,00	8 550 000,00	0,00	0,00	0,00	1 285 174,70	0,00	7 264 825,30	7 192 304,90
112-101	Ajudas de Custo Dentro do País	2 000 000,00	200 000,00	1 800 000,00	0,00	0,00	0,00	478 710,00	43 150,00	1 278 140,00	1 184 680,00
112-102	Ajudas de Custo Fora do País	3 500 000,00	350 000,00	3 150 000,00	0,00	0,00	2 395 663,82	0,00	0,00	5 545 663,82	5 077 790,67
121-000	Bens	6 750 000,00	675 000,00	6 075 000,00	0,00	0,00	0,00	1 058 302,56	0,00	5 016 697,44	5 005 818,72
121-001	Combustíveis e Lubrificantes	3 900 000,00	390 000,00	3 510 000,00	0,00	0,00	0,00	2 199 672,38	0,00	1 310 327,62	1 310 327,62
122-000	Serviços	19 530 000,00	1 953 000,00	17 577 000,00	0,00	4 466 900,00	3 484 847,08	0,00	0,00	25 528 747,08	25 449 904,97
122-001	Comunicação em Geral	2 400 000,00	240 000,00	2 160 000,00	0,00	0,00	478 710,00	0,00	0,00	2 638 710,00	2 320 433,97
122-000	Serviços ***	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397 208,13
212-000	Maquinaria, Eq. e Mobiliário ***	2 400 000,00	0,00	2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>126 510 000,00</b>	<b>12 512 500,00</b>	<b>113 997 500,00</b>	<b>21 000 000,00</b>	<b>22 863 330,00</b>	<b>6 359 220,90</b>	<b>6 359 220,90</b>	<b>43 150,00</b>	<b>111 917 680,00</b>	<b>111 263 979,97</b>

Fonte: BMM (2017): Relatório Anual de 2016

**Gráfico 6: Relatório do Orçamento e Execução 2016**



Fonte: BMM, tabelas fornecidas nas entrevistas.

## Quadro 6: Estado Actual do Quadro Legal da BMM

Em termos de legislação a BMM têm alguns documentos aprovados pelo Conselho de Ministros, pelo Ministro de Tutela e Conselho de Administração (CA) no âmbito da sua competência, como é o caso de:

1. *Decreto nº 36/2012, de 17 de outubro, cria a BMM e aprova o respetivo Estatuto Orgânico, pelo Conselho de Ministros;*
2. *Decreto nº 100/2014, de 31 de dezembro, aprova o Regulamento do Certificado de Depósito, pelo Conselho de Ministros;*
3. *Diploma Ministerial nº120/2014, de 13 de agosto, de S/Excia. Ministro de Tutela, determina a transição da gestão dos Silos do MIC para a BMM;*
4. *Deliberação nº 01/CA/2015, de 02 de setembro, do Conselho de Administração da BMM, que aprova o Regulamento de Negociação da BMM;*
5. *Deliberação nº 01/CA/2016, de 01 de março, do Conselho de Administração da BMM, que aprova Regulamento Interno Laboral da BMM;*
6. *Deliberação nº 02/CA/2016, de 14 de junho, do Conselho de Administração da BMM, que aprova os Termos de Condições do Uso do Certificado de Depósito;*

Entretanto, falta aprovar uma série de legislações já prontas que aguardam agendamento para discussão nos órgãos do MIC e posterior aprovação pelo Conselho de Ministros, Comissão Interministerial de Reforma da Administração Pública (CIRAP) e por Sua Excelência o Ministro de Tutela, como é o caso dos seguintes documentos:

1. A Proposta de Revisão do Estatuto da BMM: depositada no MIC para discussão nos órgãos do MIC e aprovação pelo Conselho de Ministros por via de Decreto e Resolução do CIRAP;
2. A Proposta de Regulamento Geral das Operações da Bolsa: em fase de harmonização nos Ministérios e nova discussão pelo Conselho Consultivo do MIC, para posterior aprovação por via de Diploma Ministerial de S/Excia Ministro de Tutela; Depende da aprovação da Revisão do Estatuto da BMM;
3. A Proposta de Regulamento de Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito: depositada no MIC para discussão nos órgãos do MIC para aprovação por via de Diploma Ministerial de S/Excia Ministro do MIC; Depende da aprovação da Revisão do Estatuto da BMM;
4. A Proposta de Regulamento de Corretores: em fase de harmonização nos Ministérios e nova discussão pelo Conselho Consultivo do MIC, para posterior aprovação por via de Diploma Ministerial de S/Excia Ministro de Tutela; Depende da aprovação da Revisão do Estatuto da BMM;
5. A Proposta de Taxas e Mercadorias a serem transacionadas pela BMM: foram enviadas duas propostas para apreciação e aprovação por S/Excia Ministro de Tutela, em fevereiro de 2017;
6. A Proposta do Código de Ética e Conduta dos Funcionários e Operadores da BMM: em fase de conclusiva para análise e discussão pelos órgãos da BMM e posterior envio e discussão no MIC para aprovação por via de Diploma Ministerial de S/Excia Ministro do MIC; Depende da aprovação da Revisão do Estatuto da BMM;

Fonte: Bolsa de Mercadoria de Moçambique (2017)

## ANEXO B: MODELOS DE QUESTIONÁRIOS USADOS PARA RECOLHA DE DADOS E INFORMAÇÃO

### Perspetivas e Desafios da Introdução da Bolsa de Mercadorias de Moçambique

#### QUESTIONÁRIO

#### INTRODUÇÃO

1. Muito obrigado por aceitar responder a este Questionário destinado a avaliar o impacto da implantação da Bolsa de Mercadorias em Moçambique.
2. As suas respostas são de extrema importância para a materialização de um Estudo que constitui uma **Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Economia**, com especialização em Internacionalização e Competitividade, cujo título é “**COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE: Perspetivas e Desafios da Introdução da Bolsa de Mercadorias de Moçambique**”.
3. Estimo que o questionário leve entre **15 a 20 minutos**, pelo que, mais uma vez, agradeço pelo tempo dedicado e pela compreensão. O seu apoio é de valor inestimável para mim.
4. **DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE:** Sendo o Estudo de carácter académico, as referências resultantes das entrevistas deste questionário não serão personalizadas, mantendo-se confidencialidade.
5. **FONTE DE INFORMAÇÃO:** os dados que se seguem são para facilitar a organização e controlo.

Nome do Inquirido (facultativo): \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Local e Ano da Entrevista: \_\_\_\_\_, 2017

**NOTA:** responder somente as questões que julgar que se adequam à sua função / posição no relacionamento com a BMM

#### PARTE 1: PRESSUPOSTOS PARA O SUCESSO DA BOLSA DE MERCADORIAS

- **Existem condições materiais para a implantação, com sucesso, de uma bolsa de mercadorias em Moçambique? Que elementos fundamentais podem constituir nós de estrangulamento e, vice-versa, oportunidades e pontos fortes?**

Sumário de Objetivos/Atividades	Indicadores Objetivamente Verificáveis	Meios/Fontes de Verificação	Pressupostos Fundamentais: Oportunidades e Pontos Fortes de Sucesso
Objetivo Geral:			
Objetivos Específicos:			
Resultados Esperados:			
Atividades:			

## PARTE 2: IMPACTO MENSURÁVEL ATUAL DA BOLSA DE MERCADORIAS

1. Qual é o impacto atual da BMM?
2. Que impacto se espera na esfera do comércio internacional?
3. Que dados atuais apontam para esses fins?

DIMENSÃO / VARIÁVEL	IMPACTO
População abrangida (estimativa de Agregados Familiares)	
Renda Média Antes e Depois da Adesão aos Serviços da BMM	
Contribuição Fiscal	
Redução de Importações	
Exportações	
Novos Serviços	
Emprego (fora da BMM)	
OUTROS (Mencionar)	

## PARTE 3: LIÇÕES APRENDIDAS DA BMM E DE CASOS SIMILARES

1. Que lições podem ser tiradas da BMM?
2. Como se compara com casos similares em países comparáveis a Moçambique?

DIMENSÃO	BMM versus CASOS COMPARÁVEIS
Modelo	
Funcionamento	
Interação com outras Instituições	
Sustentabilidade	
OUTROS (Indicar):	

## PARTE 4: FUNDAMENTOS E GÊNESES DA BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE (BMM)

AÇÃO	QUEM DECIDE?	COMO?	QUANDO?	PORQUE?	ONDE?	IMPACTO	RISCOS	HIPÓTESES
OUTROS (Identificar):								

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

## QUESTIONÁRIO



---

## INTRODUÇÃO

6. Muito obrigado por aceitar responder a este Questionário destinado a avaliar o impacto da implantação da Bolsa de Mercadorias em Moçambique.
7. As suas respostas são de extrema importância para a materialização de um Estudo que constitui uma **Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Economia**, com especialização em Internacionalização e Competitividade, cujo título é “**COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE: Perspetivas e Desafios da Introdução da Bolsa de Mercadorias de Moçambique**”.
8. Estimo que o questionário leve entre **15 a 20 minutos**, pelo que, mais uma vez, agradeço pelo tempo dedicado e pela compreensão. O seu apoio é de valor inestimável para mim.
9. **DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE:** Sendo o Estudo de carácter académico, as referências resultantes das entrevistas deste questionário não serão personalizadas, mantendo-se confidencialidade.
10. **FONTE DE INFORMAÇÃO:** os dados que se seguem são para facilitar a organização e o controlo.

Nome do Inquirido (facultativo): \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Local e Ano da Entrevista: Maputo, 2017

**NOTA:** responder somente as questões que julgar que se adequam à sua função / posição no relacionamento com a BMM

### INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

À luz do **Decreto 36/2012** de 17 de outubro que cria Estatutariamente a BMM, esta tem como atribuições:

- (a) A manutenção de sistemas para a intermediação bolsista de mercadorias; e
- (b) A Provisão de infraestruturas e serviços de armazenagem de mercadorias com Certificado de Depósito.

#### Questões:

- 1) Há capacidade técnica, material e financeira para se alcançarem os objetivos de “organizar o mercado”?
- 2) Os atores relevantes e o mercado nacional estão em condições (sobretudo em volumes) para realizar:
  - a) **Operações bolsistas** com produtos agrícolas?
  - b) Prover **infraestruturas públicas** de armazenamento?

c) Emitir **Certificados de Depósito** estruturalmente funcionais?

Muito obrigado pelo apoio.

## PARTE 2: LIÇÕES APRENDIDAS DA BMM E DE CASOS SIMILARES

### NOTA INTRODUTÓRIA / CONTEXTUALIZAÇÃO

Os países africanos adotaram diferentes estratégias para enfrentar os obstáculos encontrados na implantação de bolsas de mercadorias e experimentaram diferentes taxas de sucesso. Dos cinco países africanos que lançaram bolsas de mercadorias agrícolas na década de 1990, apenas a África do Sul, auxiliada pelo tamanho e infraestrutura de seus mercados, conseguiu tornar a sua bolsa sustentável. Volatilidade de preços e a intervenção do governo na Zâmbia e no Zimbábue e a limitação dos volumes comerciais no Quênia e Uganda levaram ao fracasso das outras quatro (Rashid *et al.*, 2010). Na mudança do século, houve uma nova onda de bolsas, incluindo o ZAMACE da Zâmbia, o COMEZ do Zimbábue, e um esforço para reativar a UCE do Uganda, MACE e ACE do Malawi e a ECX da Etiópia. No caso etíope, o governo exigiu legalmente que todas as exportações de café fossem feitas através da bolsa, que tem, por um lado, apoio garantido e, por outro lado, exportações deprimidas em determinados momentos (Rashid *et al.*, 2010).

### Questões

Em relação às Dimensões dadas na Tabela seguinte:

3. *Que ilações podem ser feitas para o caso da BMM?*
4. *Como se compara com casos similares em países comparáveis a Moçambique?*

DIMENSÃO	BMM	CASOS COMPARÁVEIS
<i>Modelo</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pública, <i>Top Down</i>.</li></ul> <p><b>COMENTÁRIOS:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Etiópia, ECX:</b> Pública, <i>Top Down</i>;</li><li>• <b>Zâmbia, ZAMACE:</b> Privada, <i>Bottom Up</i>;</li><li>• <b>Malawi, MCE:</b> Privada, <i>Bottom Up</i>;</li><li>• <b>África do Sul, SAFEX:</b> Privada, <i>Bottom Up</i>;</li></ul>
<i>Funcionamento e interação com outras Instituições (Públicas e Privadas)</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Produtos Agrícolas, regime de voluntariedade</li></ul> <p><b>COMENTÁRIOS:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Etiópia, ECX:</b> Café é produto mandatário e os restantes produtos estão em regime de voluntariedade;</li><li>• <b>Zâmbia, ZAMACE:</b> Cereais, regime de voluntariedade;</li><li>• <b>Malawi, MCE:</b> Cereais, mandatário para os associados (Associação de Produtores)</li><li>• <b>África do Sul, SAFEX:</b> Mercado de "Derivativos" bastante desenvolvido, totalmente livre</li></ul>
<i>Sustentabilidade</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ainda dependente do Orçamento do Estado</li></ul> <p><b>COMENTÁRIOS:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Etiópia, ECX:</b> garantida pela obrigatoriedade das exportações do café;</li><li>• <b>Zâmbia, ZAMACE:</b> entre estagnação e recuperação, dependente de volumes e ingerência governamental;</li><li>• <b>Malawi, MCE:</b> Dependente das limitações de exportações impostas pelo governo;</li><li>• <b>África do Sul, SAFEX:</b> garantida por forças do mercado (procura e oferta) e elevado volume de transações</li></ul>

**OUTROS**  
(Indicar):

**LISTA DE CONTATOS**

	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>E-MAIL</b>
1.	Ragendra de Sousa, Vice-Ministro	<b>MIC</b> , Ministério da Indústria e Comércio	82 314 1900	<a href="mailto:ragendra.sousa1956@gmail.com">ragendra.sousa1956@gmail.com</a>
2.	Eduardo Neves João, Administrador	<b>BMM</b> , Bolsa de Mercadorias de Moçambique	84 533 6387, 82 536 3782	<a href="mailto:enevesj@gmail.com">enevesj@gmail.com</a> <a href="mailto:enevesj@bmm.co.mz">enevesj@bmm.co.mz</a>
3.	José Meque, Director Geral	<b>IPI</b> , Instituto de Propriedade Industrial		<a href="mailto:jimeque@gmail.com">jimeque@gmail.com</a>
4.	João Macaringue, Director Geral	<b>ICM</b> , Instituto de Cereais de Moçambique	84 307 0310, 82 307 0310	<a href="mailto:jimacaringue@gmail.com">jimacaringue@gmail.com</a>
5.	Zulmira Estrela Macamo, Directora Nacional	<b>DNCI-MIC</b> , Direção Nacional do Comércio Interno, Ministério da Indústria e Comércio	84 302 3538	<a href="mailto:estrelamacamo@gmail.com">estrelamacamo@gmail.com</a>
6.	Amilcar Arone, Director Nacional	<b>DNCE-MIC</b> , Direção Nacional do Comércio Externo, Ministério da Indústria e Comércio	84 716 5500, 82 786 2514	<a href="mailto:arone84@gmail.com">arone84@gmail.com</a>
7.	Eduardo Paulo Sengo, Diretor Executivo	<b>CTA</b> , Confederação das Associações Económicas de Moçambique	84 048 6930, 82 364 5324	<a href="mailto:eduardosengo@yahoo.com.br">eduardosengo@yahoo.com.br</a>
8.	Mohamed Rafik Valá, Director Nacional (Agricultura)	<b>MASA</b> , Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar		
9.	Guillermo Machado, Director	<b>ETG</b> , Export Marketing	82 306 1250, 82 601 2700	<a href="mailto:Guillermo.machado@etgworld.com">Guillermo.machado@etgworld.com</a>
10.	Fábio Ferreira, Director	<b>Higest</b>	84 302 5140, 843248560	<a href="mailto:expedicao@higest.co.mz">expedicao@higest.co.mz</a>
11.	João Maunze	<b>CLUSA</b>	82 417 4070	<a href="mailto:jmaunze@yahoo.com.br">jmaunze@yahoo.com.br</a>
12.	Luís Muchanga, Coordenador Executivo	<b>UNAC</b> , União Nacional de Camponeses	82 425 3540, 82 300 1875	<a href="mailto:unac@unac.org.mz">unac@unac.org.mz</a>

(Nota: nem todos responderam e alguns dos contactos – emails e celulares – não tinham retorno)